

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
LUCAS SÖHN ALBUQUERQUE

**DA ILHA DE JAVA À BRUZUNDANGA:
a trajetória do jovem Lima Barreto nas instituições educacionais da
Primeira República (1881 -1905).**

Florianópolis
2016.

LUCAS SÖHN ALBUQUERQUE

**DA ILHA DE JAVA À BRUZUNDANGA:
a trajetória do jovem Lima Barreto nas instituições educacionais da
Primeira República (1881 -1905).**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do título de bacharel e licenciado em História, sob orientação do Prof. Dr.º Adriano Luiz Duarte.

Florianópolis
2016.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ATA DE DEFESA DE TCC

Aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e dezesseis, às dez horas, na Sala 10 do Departamento de História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Santa Catarina, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelo Professor **Adriano Luiz Duarte**, Orientador e Presidente, a Doutoranda **Cristiane Garcia**, Titular da Banca, e a Doutoranda **Kelly Yshida**, Suplente, designados pela Portaria nº21/HST/16 do Senhor Chefe do Departamento de História, a fim de arguirem o Trabalho de Conclusão de Curso do acadêmico **Lucas Söhn Albuquerque**, subordinado ao título: “**DA ILHA DE JAVA À BRUZUNDANGA: a trajetória do jovem Lima Barreto nas instituições educacionais da Primeira República (1881 -1905)**”. Aberta a Sessão pelo Senhor Presidente, o acadêmico expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, o mesmo foi arguido pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas notas, tendo o candidato recebido do Professor **Adriano Luiz Duarte**, a nota final ^{10,0}....., a Doutoranda **Cristiane Garcia**, a nota final ^{10,0}....., e da Doutoranda **Kelly Yshida**, a nota final ^{10,0}....., sendo aprovado com a nota final ^{10,0}..... O acadêmico deverá entregar o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva em versão digital, ao Departamento de História, até o dia vinte e um dias do mês de julho de dois mil e dezesseis. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pelo candidato.

Florianópolis, 12 de julho de 2016.

Banca Examinadora:

Prof. **Adriano Luiz Duarte**

Doutoranda **Cristiane Garcia**

Doutoranda **Kelly Yshida**

Candidato **Lucas Söhn Albuquerque**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
Campus Universitário Trindade
CEP 88.040-900 Florianópolis Santa Catarina
FONE (048) 3721-9249 - FAX: (048) 3721-9359

Atesto _____ que _____ o
acadêmico(a) Lucas Silveira Albuquerque, matrícula
n.º 10101776, entregou a versão final de seu TCC cujo título é
Da ilha de Jara à Brusquindanga: a trajetória do jovem Lima
Barreto nas instituições educacionais da Primeira República (1881-1905).
com as devidas correções sugeridas pela banca de defesa.

Florianópolis, 29 de julho de 2016.



Orientador(a)

Este trabalho é dedicado ao povo brasileiro, que apesar das dificuldades históricas, ainda mais depois de outro golpe contra a democracia, continua lutando.

Agradecimentos

Aos meus pais, Carlos Eduardo Albuquerque e Hildegard Söhn, que mesmo com as dificuldades, me deram a vida, o amor e a possibilidade de estar aqui hoje.

À Matheus Albuquerque, pelo carinho e por estar sempre comigo.

Aos meus amigos Airton Führ e Eduardo Jaehn, por saber que posso contar com eles sempre.

Ao meu tio, Durval Muniz de Albuquerque Júnior, pelo incentivo.

À UFSC, que me proporcionou a oportunidade de realizar meus estudos até então e conhecer um mundo novo.

Aos amigos que fiz no curso de História e em Florianópolis nesses anos, pela amizade e especialmente pelos aprendizados.

Ao PET – História e seus membros discentes e docentes, que fizeram parte de minha graduação cotidianamente, sendo parte importante em minha formação.

Aos professores do Departamento de História pela formação compartilhada.

Ao orientador desse trabalho, Professor Adriano Duarte, que apesar das numerosas tarefas na Universidade, ainda sim, arrumou tempo para me auxiliar nessa jornada.

Às historiadoras Cristiane Garcia e Kelly Yshida, pela gentileza em aceitar o convite de participar da banca.

Em especial, gostaria de agradecer Dandara Oliveira, por ter me proporcionado a vivência do amor.

A todos o meu muito obrigado!

“A negritude resulta de uma atitude proativa e combativa do espírito.

Ela é um despertar, despertar de dignidade

Ela é uma rejeição, rejeição da opressão,

Ela é luta, isto é, luta contra a desigualdade

Ela é também revolta”.

Cesaire, 1987.

Resumo

Este trabalho tem como tema um processo, um tanto instável, de ascensão social de parte da população negra livre e pobre no interior do segundo reinado, através da trajetória da família do escritor carioca Afonso Henriques de Lima Barreto. Esse processo foi conquistado dentro de condições sociais próprias do século XIX, ligadas às relações pessoais e de compadrio. Além desse canal, algumas outras formas de agência foram exercidas dentro das brechas da estrutura social, como as relações públicas através da imprensa e a seguridade social através das sociedades de auxílio mútuo. Essa trajetória de ascensão possibilitou a experiência do ensino superior, durante a juventude do escritor, nas instituições de ensino da primeira República. Essa experiência será marcada por uma assimilação aos códigos e comportamentos sociais próprios da elite, ligadas as relações de sociabilidade entre os estudantes nos bares e no apostolado positivista, além de uma organização dos estudantes através de uma federação. Porém, esse processo terá com o resultado à saída do estudante da escola sem o diploma superior. Esse “fracasso” será problematizado à luz dos aspectos sociais e históricos que barram esse processo de efetivação de sua formação, próprias desse período histórico, através do racismo, do preconceito de classe e da perda das relações de compadrio. Por fim, estabeleço uma breve relação entre a experiência estudantil do mulato com suas primeiras produções literárias, além de textos que tem a educação como tema central. A experiência da Escola Politécnica, estabelecida de dentro das instituições próprias da elite, constituirá sua visão das classes dominantes no país que serão inspiração para sua literatura crítica e socialmente engajada.

Palavras-chave: Lima Barreto. Educação. Primeira República.

Lista de ilustrações

FIGURA 1.....	19
FIGURA 2.....	45
FIGURA 3.....	48

Lista de Tabela

TABELA 136

SUMÁRIO

Introdução.....	11
Capítulo 1 - Trabalho, educação e ascensão social na família Lima Barreto	13
1. 1 O casal Barreto.....	19
1.2 A imprensa e a vida pública.....	26
1.3 O tipógrafo e sua classe	33
Capítulo 2 - Da tentativa ao desencanto: Lima Barreto e sua inserção nas instituições educacionais da Primeira República	45
2.1 Um mulato querendo ser engenheiro.....	47
2.2 As formas de assimilação.....	56
2.3 As críticas à Escola de Java e o ensino da Bruzundanga.....	64
Considerações finais.....	76
Referências Bibliográficas	79

Introdução

Este trabalho tem como enfoque a trajetória do escritor carioca Afonso Henriques de Lima Barreto (1881-1922), mais detidamente sobre sua passagem pelos bancos da Escola Politécnica, que ocorreu entre os anos de 1897 e 1903. Esta experiência está inserida dentro do contexto da primeira República brasileira (1889-1930), e principalmente no contexto histórico e social da cidade do Rio de Janeiro, pelo qual Barreto viveu durante toda sua vida, saindo apenas em três rápidas viagens pelo interior de Minas Gerais e São Paulo.

Lima Barreto nasceu no dia 13 de maio de 1881, dia que posteriormente será lembrado como o dia da abolição da escravidão, em 1888. O futuro escritor viveu as comemorações pelo dia da abolição com o pai, o tipógrafo João Henriques de Lima Barreto. Perdera sua mãe, Amália Augusta Barreto, um ano antes, vítima de tuberculose. Mesmo com antepassados escravizados e seus pais sendo a primeira geração de libertos da família, Lima Barreto passou por um processo que culminou no ingresso em uma escola de ensino superior.

Essa experiência será tratada aqui a partir de duas questões gerais, ligadas a formação da sociedade brasileira e sua relação com a educação naquele contexto. A primeira se refere ao acesso de um indivíduo negro, pobre e com algumas relações sociais no meio acadêmico e político. Esse acesso a uma instituição que representa o lugar social da elite brasileira, branca e com propriedades será problematizado através das formas de mobilidade social estabelecidas ainda no período do Segundo Reinado brasileiro (1841-1889). Formas essas que passam por relações pessoais e de compadrio, que serão estabelecidas na vida de Lima Barreto através da agência de seus pais, João Henriques e Amália Augusta Barreto, professora, com o importante político do Império, Visconde de Ouro Preto.

Essa agência é mobilizada através de um processo de ascensão social notório na trajetória dos pais de Lima Barreto durante o Segundo Reinado, em meio às frágeis mudanças no panorama urbano da cidade do Rio de Janeiro e de crise das instituições que seguravam o regime escravista. Essa ascensão, como veremos, se dará por parte da mãe, através de laços familiares próprio das relações escravistas, e o pai, através de uma ascensão dentro das classes dos trabalhadores assalariados pobres, porém com alguma qualificação profissional. Essa ascensão tentará ser garantida pelos pais do escritor de diferentes formas. Uma delas se refere aos canais próprios das relações de compadrio estabelecidas principalmente pelo pai João Henriques, que passa a ter uma vida pública e política considerável, participando da

campanha liberal durante as discussões pré-proclamação da república, exercendo seu trabalho como tipógrafo e tendo contato com a imprensa na segunda metade do século XIX. Além disso, em meados do mesmo século ainda, começam a surgir entre os trabalhadores assalariados livres, organizações de auxílio feitas para os trabalhadores em situação de vulnerabilidade social e que funcionam como mecanismos de garantias mínimas em situações que confrontem sua precária mobilidade social. João Henriques fez parte dessas organizações, como ferramenta, em várias vias, de consolidar seu lugar social e de sua família na capital federal.

A outra questão se refere à experiência de Lima Barreto dentro da Escola Politécnica, como um observador interno do *modus operandi*, de modo geral, das instituições de ensino superior na primeira República. No início, como filho desse processo de ascensão social, vê na formação em engenharia um almejado projeto de vida, relativizando um pouco certas interpretações¹ que apenas focalizam a vocação de literato de Lima Barreto. Esse projeto é desejado e reproduzido através de uma série de experiências que Barreto tem dentro da escola e no meio estudantil. Vivencia a boemia, a vida cultural bastante movimentada naquele contexto no Rio de Janeiro, além de uma assimilação de teorias, ideias e instituições que ganham notoriedade neste momento, como o positivismo e o apostolado positivista, no qual frequenta a partir de 1897. Outra experiência envolvendo Barreto na Escola Politécnica se refere a sua participação na Federação dos estudantes, durante os anos que frequentou a escola. Parte fundamental de sua formação ligado aos acontecimentos importantes do Brasil e de outros países, a federação também será o início do processo de assimilação de Lima Barreto a classe estudantil.

Por fim, busco aproximar a experiência estudantil de juventude do escritor com sua produção literária, tanto paralela a realização do curso, momento inicial de suas incursões pelas veias da ficção e mesmo de textos da maturidade, em que a educação se torna um tema fundamental para Lima Barreto.

¹¹ Ao longo do texto será analisado essas interpretações.

Capítulo 1 - Trabalho, educação e ascensão social na família Lima Barreto

Lima Barreto teve uma trajetória de formação educacional, podemos dizer, exemplar para sua época. Esse fato foi possível apesar de sua condição social e racial de menino pobre e negro durante o período da Primeira República na cidade do Rio de Janeiro. Uma exceção para a época. Mas como isso foi possível? Nesse capítulo procuraremos mostrar, através da relação entre o jovem Lima Barreto, seus pais e seu padrinho, principalmente, como foi conquistado o acesso a essa formação educacional.

Esse capítulo será pensado a partir da perspectiva de uma tradição historiográfica, que tem como mote de estudo, sobretudo, o período da escravidão, e que tem como ponto central a crítica ao chamado paradigma da ausência². Esse paradigma, segundo os historiadores Sidney Chalhoub e Fernando Teixeira da Silva, foi sendo construído desde o período da abolição, momento em que começaram a ser feitas as interpretações da história da escravidão no Brasil. A mais célebre é a obra de Joaquim Nabuco, importante líder do movimento abolicionista, que em seu livro³, constrói um discurso que enfatiza a importância da abolição da escravidão no Brasil a partir do olhar de quem organizou o movimento, na maioria intelectuais, e que os indivíduos escravizados, tendo em vista sua incapacidade de pensar politicamente e sua falta de meios para exercer sua cidadania, teriam delegado a eles a missão de libertá-los.

Após esse período da passagem do século XIX para o XX, onde a interpretação de Nabuco permaneceu hegemônica, surge uma interpretação, como a de Gilberto Freyre, em meio a um contexto de mudança política e social, resultado da Revolução de 30, em que discussões a respeito de questões como identidade nacional passam a ser formuladas. Grosso modo, a interpretação freyriana que se torna clássica, se refere ao período da escravidão e principalmente o pós-abolição como formadora de uma sociedade miscigenada e, apesar da evidente relação de poder e autoridade vigente entre o senhor e o escravo, essas relações eram, em grande medida, dóceis, afetivas e sexualizadas.

Posteriormente, é constituída uma tradição no campo sociológico e historiográfico, oriunda da Universidade de São Paulo, formada por grandes nomes da intelectualidade

²CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da. **Sujeitos no imaginário acadêmico**: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. *Cadernos AEL*, São Paulo, v. 14, n. 26, p. 11-49, 2009.

³NABUCO, Joaquim. **O Abolicionismo**. São Paulo: Editora Vozes, 2012.

brasileira durante o regime militar como Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Emilia Viotti da Costa e Fernando Henrique Cardoso, que em questionamento a interpretação clássica do sociólogo Gilberto Freyre, vão criticar uma pretensa afetividade nas relações durante a escravidão, e retomar a ênfase no caráter violento e arbitrário, como mantenedora da ordem social, e o racismo como base simbólica e de justificação da reprodução dessa estrutura. Essa estrutura hierárquica e de poder teria consequências na formação humana e social desses indivíduos resultando

Em anomia ou patologia social entre os negros, destruído quase todo o vestígio de sua herança cultural. Impedidos de constituir famílias no cativeiro, tornara-se impossível criar formas de cooperação e ajuda mútua que lhes pudesse valer na “ordem social competitiva emergente” do mundo pós emancipação. Não tinham competência técnica nem estavam imbuídos da ideologia de valorização do trabalho livre necessárias à realização do objetivo de ascender socialmente⁴.

Ou seja, o sujeito escravizado nesse período, diferentemente do homem livre, não tinha condições de ter um repertório de significados e códigos sociais, justamente em ocasião de serem vítimas do cativeiro. Os escravos não teriam condições, pela impossibilidade de expandir suas experiências, de serem capazes de desejarem uma ascensão social ou outro objetivo, que na visão desses intelectuais, só era possível ao indivíduo livre pobre, por exemplo, que era subalterno na ordem social, e que tinha acesso a esses códigos, não tendo meios para exercê-los. O escravo passava então a não ser visto como um sujeito que constrói visões e objetivos sob a realidade vivida autonomamente, mas apenas registrava e espelhava, passivamente, os significados sociais que lhe eram impostos. O argumento quer dizer no fundo, que o escravo, pensando através da lente de seu senhor, considerava que seu estado como escravo era natural, afinal ele era inferior na ordem social, seus pais já eram e isso poderia não ser tão ruim, dependendo do nível de submissão exercida por ele. Talvez, se fosse “obediente”, o senhor poderia dar a ele alguma coisa, quiçá a liberdade.

Esse aspecto da ausência de um olhar dos sujeitos escravizados que não fosse pela ótica de outro, seja ele o intelectual abolicionista que defende seus direitos ou o senhor que define seus anseios por ele, se repete em ambas as análises.

Posteriormente, em meio a um novo contexto de redemocratização no Brasil, e reverberando, de certo modo, as reivindicações dos movimentos sociais no final da década de

⁴ CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da. Op.Cit. pp. 20.

70, início de 80 no país, forma-se uma tradição de intelectuais, oriundos da Universidade Estadual de Campinas, questionando esse paradigma. Problematizam através de pesquisas as histórias dos escravos como protagonistas de suas vidas e como sujeitos que refletem sobre suas experiências através da sua própria ótica. Não se trata de desconsiderar a realidade histórica e sua estrutura que os oprimia e não lhes dava grande chance de liberdade e mobilidade social. Nem de dizer que o pensamento dos sujeitos escravizados seja completamente autônomo e refletido minuciosamente. Mas se trata de entender que esses indivíduos, dentro de suas condições materiais e mentais, vão refletindo e experienciando situações que os formam também, que permite que alguns façam julgamentos sobre alguns possíveis excessos cometidos pelos seus senhores, outros saibam de algumas leis que os protegem ou sobre o qual eles podem recorrer em alguma situação e assim por diante. Situações que mostram uma condição de reflexão sobre suas vidas um pouco mais desnaturalizadas, ou seja, que a violência, a opressão e até a própria condição de escravidão naturalizada pelo sistema escravista e reproduzido pela classe senhorial não era algo inquestionável.

Nos aproximamos mais dessa perspectiva de análise nesse trabalho. Falamos dessas tradições historiográficas que abordam, no fundo, como os sujeitos escravos lidavam, de maneira geral, com a experiência do cativo. Os livres, ainda que pobres, pensavam com a cabeça de pessoas livres, ou seja, que não possuem uma relação de serem mercadoria de outro indivíduo. Essa é a situação dos pais de Lima Barreto, são livres. Almejam uma vida melhor a seus filhos, querem ascender socialmente, ter uma vida confortável e sem privações. São códigos compartilhados pela população livre do Império. Então quando me refiro que me aproximo da tradição da “agência” estou pensando em algumas conquistas sociais dos agentes dessa população livre e negra em uma sociedade que trata os direitos como privilégios, e que esses privilégios não enquadram o negro e o pobre como indivíduo capaz de fazer parte. Cabe apenas aos agentes desse processo, nesse caso os mulatos João Henriques e Amália Augusta exercer, através de várias tentativas, a ascensão em meio aos interstícios desse sistema.

Apesar de já terem nascido livres, os pais do escritor Lima Barreto eram filhos de escravos e tiveram, de diferentes formas, de encontrar possibilidades e alternativas de assegurar uma vislumbrada ascensão social, em meio a uma sociedade patriarcal e extremamente hostil as populações pobres e negras. A história da família do escritor Lima Barreto não é única durante o Império. Uma delas é da família do mulato e poeta catarinense João da Cruz e Souza, que também perseguiram os seus anseios sociais apostando na

educação.

O trunfo da educação escolar atribuída aos filhos prefigurava-se, à Carolina e Guilherme (pais de Cruz e Souza), como uma garantia de livrarem, a si mesmos e aos seus descendentes, dos inconvenientes de uma existência socialmente precarizada. Suas atuações junto ao processo de formação educacional de Cruz e Sousa e Norberto são um pequeno exemplo de protagonismo popular na história do Brasil oitocentista. Uma possível réplica à predisposição (durante muito tempo generalizada) de se subestimar a capacidade dos grupos dominados de explorarem os interstícios inerentes a toda e qualquer estrutura social ou sistema normativo. De aproveitarem, em benefício próprio e de maneira controlada e consciente, as brechas e falhas nos mecanismos de controle que pretendem submetê-los e oprimi-los⁵.

Apesar da diferença com relação aos pais de João da Cruz e Souza que foram escravos em parte de suas vidas e os pais de Barreto que já nasceram livres, a iniciativa dos pais e as experiências são momentos de “protagonismo popular” da história oitocentista. Ambos escritores negros tiveram como resultado desse protagonismo, na segunda metade do século XIX, o acesso às instituições educacionais do período, algo ainda muito restrito e completamente longe não só dos escravos, mas também dos homens e mulheres livres pobres. As instituições educacionais que foram se constituindo em meados do século XIX basicamente eram

Isoladas, fazendo com que cada uma adquirisse importância equivalente ao papel dos seus graduados na vida política e administrativa do país, onde os diplomas de bacharel em direito, doutor em medicina e engenheiro conferiam uma espécie de nobreza funcional na sociedade de mentalidade ainda meio estamental, empurrando para baixo a arraia miúda das outras escolas superiores⁶.

A educação tinha como intuito formar novos sujeitos, já filhos de representantes dessa classe dominante no poder e assim mantendo a ordem social, ordem essa que nascendo com poder e privilégios, tendo o diploma em mãos, chancelaria socialmente para comandarem os cargos burocráticos e técnicos, além da influência na política do país. Os pais de Lima Barreto, com muito esforço, conseguiram uma chance incomum naquele momento para um

⁵ SOUZA, Luiz Alberto. **A cor e a forma: História e literatura na obra do jovem Cruz e Souza (1861-1888)**. 2012. 370 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012, pp. 42.

⁶ CANDIDO, Antonio. A Revolução de 30 e a cultura. In: **Mão e contramão e outros ensaios contemporâneos**. São Paulo: Globo, 2009. p. 21

jovem negro de família humilde. Nesse sentido que a agência de João Henriques e Amália Augusta foram fundamentais nesse processo.

Das interpretações que historiadores e biógrafos fazem dos pais do escritor Lima Barreto⁷ a grande maioria descreve, sobretudo o pai João Henriques, como um sujeito estudioso e dedicado, o que influenciou no interesse do menino Afonso Henriques às letras, mas que o ingresso nas instituições educacionais da República se deu apenas através do pagamento das mensalidades e do apadrinhamento do conhecido político do Império, Visconde de Ouro Preto. Pouco ou quase nada mencionam sobre as trajetórias de ascensão social de ambos, que também permitiram o acesso à educação do filho. Assim o papel do padrinho Visconde de Ouro Preto é enfatizado nesse processo, como alguém que por motivos afetivos certamente, pela amizade com João Henriques, fez ele se dedicar no apoio a formação de seu então afilhado. Porém, essa ideia que enfatiza apenas a amizade como elemento que constitui a justificativa do apadrinhamento, coloca o indivíduo que não faz parte dessa elite apenas em um lugar de dependência em relação aos que detém os privilégios e o monopólio da educação superior, mascarando assim o motivo pelo qual essa relação se tornou possível em um contexto de crise do Brasil Império⁸, entre um importante político do período que foi Ministro da Marinha e da Fazenda e um tipógrafo que circulou por alguns jornais do Rio de Janeiro durante as décadas de 1870 e 1880. Um era da elite imperial brasileira, ocupou quase todos os cargos possíveis para um político da época, era amigo do Imperador D. Pedro II e o outro era filho de uma escrava e de um madeireiro que nem chegou a conhecer. Afinal, pelos lugares sociais completamente distintos de ambos, poucos seriam os espaços e as instituições em que eles poderiam se conhecer e interagir. Menos ainda se tornarem amigos ao ponto do primeiro pagar durante anos os estudos de Afonso.

Esse discurso enfatizado pela tradição sociológica paulista, no caso desse trabalho podemos mencionar Emilia Viotti da Costa, de que a clientela e a patronagem foram às formas hegemônicas da classe dominante conceder a poucos mulatos alguns privilégios durante o Império, parte de uma estrutura que constitui a sociedade brasileira que pode ser

⁷Francisco de Assis Barbosa é o autor que mais traz a tona a história dos pais de Lima Barreto. Assim menciona a educação segura que ambos tiveram, porém quando descreve a relação entre João Henriques e Ouro Preto ressalta apenas a amizade como justificativa do apadrinhamento pelo indivíduo no lugar de poder, que concede ao amigo uma oportunidade fora de seu alcance próprio. Essa interpretação ressoa em Botelho e Azevedo Neto. Esses autores mencionados, porém, não tem como problema de seus trabalhos a influência das vidas dos pais no lugar social ocupado por Lima Barreto posteriormente. Minha questão é que com suas descrições, acabam reproduzindo o argumento de ênfase na concessão patronal, não focalizando tanto a agência como forma de conquista social de negros pobres nesse período.

⁸ Para compreender esse processo de crise ver: ALONSO, Angela. **Ideias em movimento**: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

subvertida através da permissão de alguém pertencente à classe dominante. Nesse processo a agência se relaciona diretamente com o apadrinhamento no processo de ascensão social. Consta numa via de mão-dupla, ou seja, baseado numa relação em que ambos os envolvidos, por assim dizer, tem benefícios. Durante o Império, a chave de mobilidade social se baseava nessa relação mútua.

A visão sobre as condições de acesso a educação superior extremamente elitizada na Primeira República reproduz a ideia de que em uma sociedade, organizada em classes, em que as faculdades nesse momento servem como um atributo que sele o destino de indivíduos já privilegiados na ordem social, a possibilidade de um negro fazer parte dessas instituições é possível graças a também uma ‘concessão’ de um indivíduo do lugar de poder nesse momento, financeiro e político. Sobre isso Costa diz o seguinte:

[O senhor] Seguro de sua posição, controlando a mobilidade social através do sistema de clientela e patronagem, e imbuído de uma ideologia conservadora, ele não temia a população de negros livres. Os negros eram naturalmente segregados num sistema social que lhes oferecia poucas oportunidades econômicas, excluía-os da participação política e onde a ascensão na escala social só era possível quando autorizada pela elite branca. Desta forma, os proprietários de escravos brasileiros – que compartilhavam com os escravocratas de outras partes do mundo os mesmos estereótipos a respeito dos negros – nunca chegaram até o “racismo” ou a discriminação legal. Eles sentiam-se à vontade para transgredir as regras discriminatórias encarnadas na tradição legal; podiam aceitar de tempos em tempos, em seus grupos, um mulato de pele clara, que automaticamente adquiria o *status* de branco. A expressão de Degler, “a ‘válvula de escape’ do mulato”, pode ser explicada como um produto do sistema de clientela e patronagem numa sociedade onde a elite branca era uma minoria que monopolizava os meios de produção e a maioria era composta de mulatos e negros⁹.

O representante ilustre dessa elite, que permitira tal entrada seria Afonso Celso, o Visconde. Emilia Viotti destacaria essa forma de mobilidade social. Com a ideia da agência de indivíduos vulnerabilizados pela estrutura social, alguma mobilização, ligado diretamente a Lima Barreto, como também a seus pais, em busca de uma vida melhor, participa desse processo. Os pais são entendidos como chave nesse processo de conquista social da família.

E de fato eles conquistaram através da vida pública, seja na educação ou na imprensa, numa vida política ativa e uma busca por uma frágil seguridade social para a família durante o Segundo Reinado, experiências que obviamente não podemos considerar

⁹ COSTA, Emilia Viotti da. **Da Monarquia à República**: momentos decisivos. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985, pp. 240.

como uma cidadania plena, pelo contrário. Porém, consideramos experiências interessantes de luta e conquistas sociais consistentes para aquele contexto histórico em que se enquadravam.

FIGURA 1: Os pais de Lima Barreto, João Henriques e Amália Augusta.



FONTE: BARRETO, Lima. **Recordações do escrivão Isaías Caminha**. São Paulo: Brasiliense, 1978, Anexo Vida e Obra, pp. 2-3

1. 1 O casal Barreto

Seu pai João Henriques, tipógrafo na imprensa carioca do período e funcionário da Imprensa Nacional, não teria dinheiro para bancar essa formação. Isso não quer dizer que não o incentivava, pelo contrário, o primeiro livro que o menino Afonso leu e que em suas memórias é lembrado com bastante carinho são as histórias de aventuras de Júlio Verne, dado por seu pai. Porém o dinheiro que pagou sua formação veio de Afonso Celso, ao qual João Henriques tinha uma enorme gratidão, tanto que o próprio nome de seu filho, o futuro escritor Afonso Henriques de Lima Barreto foi dado em homenagem ao padrinho. Seus pais, aproximando-se de núcleos sociais ligados ao campo da educação formal e da política, e

apostando em ambos como forma de melhora de vida, de uma forma ou de outra, possibilitaram a formação de um jovem que tivesse interesses pelos livros e pelas letras desde cedo. A maioria dos historiadores, quanto aos pais, apenas os descrevem como progenitores e acrescentam uma biografia rápida de ambos, enfatizando a origem escrava e humilde, mencionando, ainda que rapidamente, a busca pela instrução por parte de João Henriques e Amália Augusta.

Em um sentido amplo, estamos pensando o modo como sujeitos negros livres se movem em uma sociedade ainda sob o julgo da escravidão, porém num processo de crise das instituições imperiais desse período. Essa ascensão social é considerada também na formação educacional desses indivíduos. Não tão somente, mas a própria formação educacional é vista, por parte de sujeitos negros e livres, um elemento fundamental para garantir essa mobilidade social nesse momento.

Durante o Império, apesar de alguns decretos e leis que foram resultados de debates em âmbito público a partir da independência em 1822, com avanços e retrocessos, a educação ainda tinha um caráter aristocrático, ou seja, apenas para uma elite restrita as posses rurais ou urbanas. Essa seleta clientela era formada pelo patriciado rural e uma pequena burguesia que procurava ascender às camadas superiores. Desde a independência em 1822 e a primeira Constituição brasileira em 1824, houve apenas um pequeno avanço na educação primária. Ainda sim em 1872, anos do primeiro recenseamento no Brasil havia cerca de 1.200.000 indivíduos em idade escolar, sendo que apenas 120 mil recebiam instrução primária. No Rio de Janeiro havia quase 500 mil habitantes, sendo uma parte de escravos que não tinham direito de instrução e não mais de 10% da população era alfabetizada¹⁰. A educação secundária quase em nada avançou no sentido de uma inclusão maior das várias camadas sociais do país. Como ressalta Azevedo, a educação secundária tinha vistas, sobretudo, a condição obrigatória de ingresso ao ensino superior, que naquela altura era possível apenas a alguns considerados privilegiados:

É o que nos revela esse contraste significativo: para pouco mais de uma centena de alunos, esparsos por pequenas escolas comerciais e agrícolas, atingia, no mesmo ano de 1864, a cerca de 8.600 o número de alunos que frequentavam as aulas e os estabelecimentos públicos e particulares de instrução secundária, e inscreveram-se na Faculdade de Direito (...), tendo-se matriculado, no decênio de 1855-64, segundo os dados oficiais, 8.036 alunos

¹⁰ Esses dados foram encontrados no documento resultado do recenseamento geral do Império do Brasil, de 1872. Encontrado em: <https://goo.gl/VXtjhS>. Acessado em: 02/05/2016.

nas duas faculdades de direito do Império¹¹.

Durante o século XIX no Brasil, a educação ainda era um privilégio para poucos. Considerando que estamos falando de um período em que havia escravidão no país, a condição de indivíduos negros terem acesso à educação, diminui ainda mais. Portanto encontramos um panorama bem complicado para indivíduos com o perfil dos pais do escritor Lima Barreto, negros, pobres e tendo pais que eram escravos, terem a chance de conquistarem alguma ascensão social através da educação.

Os pais do escritor Lima Barreto, João Henriques de Lima Barreto e Amália Augusta Barreto viveram juntos durante a segunda metade do século XIX¹². Como mencionamos, não existem, pelo menos até onde se pode verificar, trabalhos que dizem respeito a trajetória de vida dos pais de Lima Barreto. Os lugares onde encontramos informações iniciais sobre ambos estão nas biografias e trabalhos acadêmicos sobre o filho, Afonso Henriques. Porém, o que se têm são informações sobre suas histórias que contribuem para análises bastante simplistas de suas trajetórias. Na biografia principal sobre Lima Barreto, a origem do escritor, ou seja, o momento que vincula mais diretamente sua ligação com seus pais é descrita vagamente como “alguém que vem de origem humilde”. Parece que os autores das biografias do romancista, em geral, mencionam apenas dessa forma a vida dos pais, que pouco explica as condições sociais que possibilitaram que um sujeito negro, neto de escravos, fosse escritor.

Esses trabalhos focalizam ainda, em larga medida, o trágico de suas vidas, a mãe com as dificuldades dos partos dos filhos, que debilitaram sua saúde e depois com uma violenta tuberculose que lhe custou a vida em 1887. Sobre o pai a “loucura” que o dominou em meados de 1903 até o fim de sua vida em 1922, uma semana após a morte de seu filho mais conhecido. Portanto, a trajetória dos pais de Lima Barreto, apenas servem para corroborar certa predisposição a tragédia e as dificuldades da vida que Lima Barreto teve já vindo da história de sua família. Pior, estabelecem uma relação quase teleológica em torno de sua trajetória, como se as agruras e dificuldades da vida dos pais necessariamente seria experienciada pelo filho literato nesse sentido vago. Isso porque dentre os episódios que marcaram negativamente a vida do escritor carioca estão duas passagens pelo hospício, em 1914 e 1918, o não-reconhecimento da elite intelectual a sua obra, a recusa da Academia

¹¹ AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira**: introdução ao estudo da cultura no Brasil. 2ª Ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1944, pp. 336.

¹² Amália Augusta (1862 -1887) viveu apenas nesse período, morrendo com 25 anos de idade em virtude de tuberculose. Já João Henriques (1853 - 1922) viveu bem mais, porém a partir de 1903, ele foi assolado por uma enfermidade psíquica e aposentou-se prematuramente.

Brasileira de Letras a sua auto indicação. Por tudo isso, pouco se sabe efetivamente, no que diz respeito principalmente à juventude dos pais de Lima Barreto, sendo que a maior parte das informações obtidas por Francisco de Assis Barbosa no final da década de 1940 ainda são conhecidas através das narrativas memorialísticas da irmã de Afonso, Evangelina.

João e Amália tiveram, de alguma forma, um vínculo com a escravidão na família. João Henriques era negro livre, porém filho de uma escrava, Carlota Maria dos Anjos e de um madeireiro português que trabalhava na Rua da Misericórdia, região central do Rio de Janeiro¹³. O pai, ao que consta, não reconheceu a paternidade de João, talvez por ser o resultado de um relacionamento com uma escrava fora do casamento ou pelo próprio reconhecimento social negativo que poderia ocasionar um envolvimento de um imigrante livre tendo alguma especialização com uma escrava ou ex-escrava, considerada inferior na ordem social¹⁴. Sobre a mãe de João Henriques sabemos apenas o nome e sua condição jurídica e social. Segundo o próprio escritor Lima Barreto, seu pai fora “fruto da mancebia de uma “cabrocha” com um português, minhoto tenaz, estucador de ofício¹⁵”. É mencionada por Assis Barbosa como antiga escrava, não deixando claro se Carlota permaneceu escrava ou foi liberta em algum momento, mas podemos supor que pelo ano, 1852, e a condição de livre de seu filho, ou ela já era liberta no momento do nascimento de João Henriques, ou ele foi alforriado na pia batismal¹⁶.

A mãe de Lima Barreto, Amália Augusta, nascida negra livre, era ligada a uma família tradicional de proprietários de terras do Rio de Janeiro de meados dos noventa, a família Pereira de Carvalho. Seu membro mais conhecido era formado em Medicina, o doutor Manuel Feliciano Pereira de Carvalho¹⁷. Essa ligação entre a mãe, Amália, e os Pereira de Carvalho, começou quando a bisavó de Lima Barreto, Maria da Conceição, uma negra escravizada em Moçambique, vem no início do século XIX para o Brasil, trabalhar diretamente na casa da família, que a comprou, em São Gonçalo. Não se sabe se em algum momento, Maria foi libertada. O certo é que seus filhos foram libertados pelos Pereira de

¹³ Não foi possível encontrar o nome do pai português de João Henriques, na pesquisa.

¹⁴ Quem nos dá essa informação é Assis Barbosa, porém ele não entra em detalhes do porque do não reconhecimento da paternidade por parte do português de nome desconhecido. As possíveis motivações são apenas hipóteses.

¹⁵ BARBOSA, Francisco de Assis. **A vida de Lima Barreto**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002, pp. 41.

¹⁶ São apenas hipóteses, que poderiam ser verificadas em consultas aos arquivos no Rio de Janeiro.

¹⁷ Patriarca da medicina brasileira, uma figura importante do ensino e da prática da medicina do século XIX, Manuel Feliciano Pereira de Carvalho foi cirurgião-mor do Exército Brasileiro durante algumas décadas, exercendo suas funções inclusive na Revolução Farroupilha e na Guerra do Paraguai. Foi considerado, pela história oficial da medicina brasileira, seu patrono, além de ter dado sua contribuição no ensino da Medicina nas instituições de formação médica do Império. Foi o mentor do importante médico Bezerra de Menezes, conhecido como o “Médico dos Pobres”.

Carvalho, quando a família mudou-se da fazenda em São Gonçalo para o solar urbano na capital da corte em meados de 1850. Uma das filhas de Maria, a agora liberta Geraldina Leocádia, deu a luz a quatro filhos, dentre eles Amália Augusta. Portanto, a mãe do escritor nasceu livre. Nesse momento, teoricamente, a família não tinha nenhuma obrigação para com a menina, assim como seus irmãos, porém o contato dos Pereira de Carvalho com a família Conceição, já de três gerações, em que relações de confiança e afeto foram se consolidando, fizeram com que Amália e os irmãos fossem criados próximo dos filhos dos donos da casa. Com isso não estamos aqui a afirmar que não continuava havendo diferenças entre a família Conceição e os Pereira de Carvalho. Refletindo um pouco sobre as alforrias dadas aos escravos domésticos que trabalhavam na fazenda em São Gonçalo, de certa forma, para o patriarca Manuel Feliciano, era pertinente que os escravos fossem libertos, no caso continuariam trabalhando para servi-los, agora no solar urbano da capital do Império. Continuaría havendo uma relação de poder em que os libertos continuariam submetidos à vontade da família.

Essa sucinta trajetória de Amália Augusta contada aqui nos remete há uma questão histórica importante durante o século XIX. Sujeitos que nascem ou se tornam livres, mesmo com a escravidão efetivamente ainda existindo como organização geral da sociedade brasileira, tem como consequência a construção de algumas distinções sociais relevantes para o entendimento da formação social brasileira desse período. Ser livre era uma condição social melhor que ser escravo nesse momento. Formalmente, você tinha sua liberdade reconhecida, algum tipo de respaldo jurídico concreto lhe era possível. Porém, em muitos casos, a liberdade do indivíduo, antes escravizado, é constituída apenas formalmente. Isso porque as possibilidades de ascensão social, ou até mesmo de direitos sociais básicos às pessoas pobres ou sem nenhum tipo de formação especializada era quase nula. Dessa forma muitas vezes o ex-escravo preferia continuar trabalhando para seu antigo senhor por um valor irrisório do que permanecer desempregado e com todas as privações possíveis. Esse não foi o caso de Amália. No caso dela, ao mesmo tempo em que juridicamente nasceu livre, continuou sob a tutela da família Pereira de Carvalho, que a deu possibilidade de formação educacional. Até mesmo quando o médico Manoel Feliciano veio a falecer, a família não a deixa desamparada. Francisco de Assis Barbosa comenta sobre a condição dos filhos de Geraldina, após a morte do patriarca e médico Manoel Feliciano:

Os Pereira de Carvalho não os deixariam ao desamparo. A verdade é que a

nenhum deles faltou carinho. Todos foram educados e encaminhados para a vida, sempre sob a tutela da família que até o nome ilustre emprestara aos bastardinhos. Assim aconteceu, por exemplo, a Amália Augusta Pereira de Carvalho – como se assinava em solteira a mãe de Lima Barreto – que recebeu excelente educação, a melhor que seria possível às mocinhas da sua condição, chegando mesmo a tirar diploma de professora pública, depois de passar pelos bancos do Colégio Santa Cândida, na Rua do Areal¹⁸.

No futuro se tornaria professora de primeiras letras e ao lado de seu marido fundaria uma escola chamada Santa Rosa. Assim, Amália pode ajudar seu marido, no início da vida de casados, compondo uma maior renda familiar, ensinando e administrando a escola. A condição em que Amália foi criada, em certo sentido, difere um pouco da de João Henriques. Seu vínculo com uma família tradicional e podemos dizer de uma elite da sociedade imperial brasileira a possibilitou ter acesso, desde muito cedo, a um modo de vida, uma cultura para além da condição de sua mãe e principalmente de sua avó. Podemos dizer, com as devidas diferenças dos legítimos filhos dos Pereira de Carvalho, Amália já nasceu com a válvula de ascensão social através da relação familiar, diferentemente de João Henriques, que teve que buscar por meios próprios. Essa diferença social entre ambos pode ser verificável quando do encontro entre então um jovem tipógrafo, João Henriques, e a mocinha que andava pelo solar carioca, que tinha ligação com a família ilustre dos Pereira de Carvalho. Francisco de Assis Barbosa nos conta que João Henriques, por algum motivo, passou a frequentar a casa dos Pereira de Carvalho quando tinha, aproximadamente 19 anos. Desde o primeiro momento se apaixonara por uma adolescente, então com 14 anos, que fazia parte da ilustre família. Era Amália. Nesse momento João Henriques não apenas deveria cumprir todo ritual do pedido de casamento, mas provar para a família da moça que era um rapaz adequado para tal¹⁹. João precisava de um emprego que lhes desse uma segurança financeira e que proporcionasse uma vida digna a sua esposa. E apesar das dificuldades, conseguiu, através de seu trabalho como tipógrafo, casar-se com Amália Augusta em dezembro de 1878²⁰.

Podemos perceber que Amália Augusta fez parte de um processo em que a família

¹⁸ BARBOSA, Op. Cit., pp. 42.

¹⁹ Nesse momento, pensando a biografia de João Henriques, podemos cogitar que a apreensão do então jovem rapaz em busca de um emprego seguro que desse tranquilidade, ao jovem casal, que então se forma, era notória.

²⁰ No livro 7 de termos de casamento da Freguesia de São José, fls. 125, consta o seguinte: “Aos 7 dezembro de 1878, nesta matriz, com papéis correntes e alvará do Exmo. Juiz de Órfãos, assisti ao sacramento do matrimônio que perante mim e as testemunhas abaixo assinadas celebram, justa Tridentinum e Constituição do Bispado, João Henriques de Lima Barreto, filho natural de Carlota Maria dos Anjos, natural e batizada nesta freguesia, com Amália Augusta, filha natural de Geraldina Leocádia da Conceição, natural e batizada na freguesia do Sacramento desta Corte: de que fiz esse assento. O Vigário João Procópio de Natividade e Silva. Afonso Celso de Assis Figueiredo. Antônio Nunes Galvão. BARBOSA, Op. Cit., pp. 46.

escrava, pelo tempo em que serviu aos senhores, nesse caso por três gerações, vivencia relações, que são de submissão jurídica e opressão social, mas também em que se construiu, possivelmente, algum afeto e reconhecimento. Em relação ao patriarca da família nobre que adotara a mãe de Lima Barreto, o médico Manuel Feliciano, existem anedotas que se referem a ele como alguém bondoso.

Da bondade do grande cirurgião, contam-se episódios como este: um escravo tentara suicídio, cortando o ventre a faca. Levado à mesa de operações, na Santa Casa, com os intestinos à mostra, fora salvo pela perícia de Manuel Feliciano. No dia seguinte, ao visitar os doentes da sua enfermaria, depara o médico com os olhos tristes do negro fixados na sua fisionomia.

- Então como vai isso? - teria perguntado sem contar naturalmente com a reação do escravo, que veio, num desabafo, lá do fundo da alma do infeliz:

- Vou mal, doutor. Muito mal. Se o senhor não podia dar a liberdade, para que me deu a vida?

- Bem, rapaz! - respondera *incontinenti* Manuel Feliciano - já que Deus quis que eu te desse a vida, eu te darei também a liberdade.

Dali mesmo, interrompendo a visita, saiu ao encontro do Provedor da Santa Casa, a quem declarou estar pronto a pagar a carta de liberdade do negro operado²¹.

Histórias à parte, o certo é que Manuel Feliciano ganhara afeição aos quatro filhos de Geraldina Leocádia, e ainda há quem o diga que seriam filhos legítimos de membro da família²². De qualquer forma, a mãe de Lima Barreto teve uma trajetória de ascensão social através da ligação com essa família nobre do interior do Rio de Janeiro. Além da liberdade já tida ao nascer, ela teve uma educação de boa qualidade e pode trabalhar como professora posteriormente.

João Henriques, depois de se desligar da mãe escrava em meados de 1870, poderia estar fadado a algum trabalho braçal qualquer, sem nenhuma especialização e sem grandes perspectivas de vida, porém conquistou uma formação segura e um casamento com uma moça que fez parte de uma família tradicional do Rio de Janeiro. Um jovem negro, filho de mãe escrava e de pai ausente, consegue ingressar nas escolas de ofício e de formação de humanidades durante a década de 60 do século XIX no Rio de Janeiro²³. Segundo Francisco de Assis Barbosa, relacionando João Henriques com um dos personagens de um romance

²¹ Ibidem, pp. 40.

²² Ibidem, pp. 41.

²³ Como mencionamos, as fontes sobre seu pai são escassas, portanto não podemos afirmar como o acesso as escolas de formação técnica do império foi possível para o indivíduo com essas características sociais. Porém podemos cogitar que João Henriques, como alguém que abandonou a mãe aos 14 anos, possa ter se declarado órfão, condição essa que permitia frequentar essas instituições com isenção das mensalidades.

inacabado de Lima Barreto, chamado Miguel da Costa:

Aos 14 anos, abandonando a mãe - “estava nos costumes do tempo” - tornara-se operário litógrafo, adquirindo por esforço próprio “pequena instrução, mas segura”. Mais tarde, “protegido por uma influência do tempo”, conseguira empregar-se numa repartição pública, casando-se por volta dos 25 anos²⁴.

Realmente o personagem do romance inacabado *Marco Aurélio e seus irmãos*, descreve perfeitamente o pai de Afonso Henriques. João estudou, primeiramente no Instituto Comercial da Corte onde formou sua base em humanidades e em francês. Depois teve a possibilidade de ingressar no Imperial Instituto Artístico, fundado em 1859 pelos irmãos alemães Karl e Henrique Fleiuss, além do também alemão Karl Linde²⁵. Aprendeu seu ofício de tipógrafo com o Mestre Faulhaber, também alemão de nascimento, radicado no Brasil. Sobre a instituição em que realizou sua formação técnica como tipógrafo, o Instituto era bem aparelhado e possuía excelente equipe de profissionais gráficos, compositores, gravadores e impressores. Ou seja, teve uma formação educacional, humana e técnica bastante consistente para um rapaz de sua origem social e racial, porta de entrada para um emprego seguro e bem realizado.

Foram através dessas bases que os pais de Lima Barreto entraram na vida adulta tentando consolidar uma melhora significativa de vida de várias formas, como através de vínculos sociais com diferentes instituições e indivíduos. A mãe Amália, como vimos, acabou vivendo pouco, mesmo exercendo o trabalho de professora na escola fundada pelo casal por quase 10 anos. João Henriques, mesmo após a trágica morte de sua esposa, seguiu lutando para ver seu filho *doutô*, tendo experiências através de seu trabalho que o permitiu entrar em contato com políticos, com o debate público e com associações de ajuda mútua que serão trabalhadas a seguir.

1.2 A imprensa e a vida pública

²⁴ BARBOSA, Op. Cit. pp. 42.

²⁵ Em 1860, essa empresa funda a revista *A Semana Ilustrada*, e que possuía, naquele momento, o que havia de mais moderno em aparelhagem e excelente equipe de profissionais gráficos, compositores e gravadores.

O tipógrafo montava, compunha e organizava os textos escritos para os jornais. Assim, teria então que dominar, não apenas um saber técnico, como outro trabalhador especializado, mas ter o domínio das letras e dos textos.

Nesse meio, o jovem aprendiz do Mestre alemão Faulhaber trabalhou nas oficinas do *Jornal do Comércio*, de propriedade do empresário Pedro Plancher e principal jornal da Corte Imperial. Foi o jornal que lhe deu a oportunidade do primeiro emprego. Era o único jornal que era nacional e se declarava não-partidário, antes informativo que de opinião, tendia ao compromisso com as instituições, adotando um tom editorial moderadamente conservador, em sintonia com o “espírito do império”²⁶. No contexto de discussões a respeito da ordem monárquica estabelecida até então, segundo a socióloga Angela Alonso, os jornais são o principal meio em que a ‘geração de 1870’ teve para expor suas opiniões acerca das questões políticas daquele período.

Ou seja, João Henriques ao menos estava a par dessas discussões, inclusive da posição do Jornal ao qual prestava seus serviços. É muito difícil afirmar se a posição política do jornal e os textos publicados, muitas vezes questionando a própria ordem pelo qual o *Jornal do Comércio* reproduzia, influenciavam nas posições políticas de João Henriques, se é que ele tinha alguma. As fontes colhidas sobre esse homem não nos permite dizer, com certeza, se ele passou a ter uma consciente e segura posição política. O que se sabe é que ele saíra do *Jornal do Comércio*, demitindo-se, pelo fato de não concordar com a promoção de alguém mais novo dentro da tipografia, após a morte de um funcionário que era chefe da oficina. Nesse momento João Henriques já se sentia capacitado para ascender dentro da tipografia. Esse episódio foi utilizado por Francisco de Assis Barbosa para definir João, assim como depois seu filho Afonso seria também, alguém de temperamento inconformado e rebelde²⁷. Logo depois de se demitir, João Henriques se candidata a prestar seus serviços ao jornal *A Reforma*, sendo contratado em 1869 ou 1870.

O jornal *A Reforma* surge em meio a um contexto de mudança, em que para além de uma imprensa como veículo de crítica, individual ou partidária, mas também endógena ao *status quo* imperial, outra independente, canal de manifestação de insatisfação coletiva contra seus fundamentos, sendo consequência da nova estrutura de oportunidades políticas. Ajudou também a modernização dos processos de impressão dos anos 1870 e o barateamento dos

²⁶ Mencionando uma declaração de Ferreira de Araújo, segue Alonso sobre o *Jornal do Comércio*: “Ele não tem partido, mas seu programa é a ordem, é o respeito pela autoridade. Pode-se dizer dele que, mesmo sendo neutro, é conservador, conservador de todo o governo, mesmo quando este é liberal”. ALONSO, 2012, Op. Cit., pp. 277.

²⁷ BARBOSA, Op. Cit. pp. 37.

custos dos jornais²⁸. Isso em meio a uma nova configuração política do Império. Os dois grandes partidos políticos do Império até então, o Conservador e o Liberal formavam até meados da década de 60 o chamado consenso entre os Saquarema e os Luzias, respectivamente.

O partido Conservador concentrava burocratas e donos de terra de áreas de agricultura de exportação e de colonização antiga, sobretudo no Rio de Janeiro. O Partido Liberal era composto de profissionais liberais e proprietários que produziam para o mercado interno em áreas de Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul. Ambos tinham enraizamentos na Bahia e em Pernambuco. Durante o Segundo Reinado os conservadores dominaram o executivo por 26 anos, de 1848 a 1878, mais ou menos²⁹.

Porém, esse é um momento, segundo a historiografia do período, que uma parte da sociedade civil reclamava mudanças e respostas da classe política quanto à questão da instituição escravista, em crise, e novas demandas de modernização. A resposta conservadora a essa demanda por reformas foi clara, e a ala mais empedernida assumiu o gabinete, decidida a salvar a obra Saquarema. A oposição caracterizou o ato como golpe de Estado e ameaçou deserção sobre esse consenso. O resultado foi um reequilíbrio do sistema partidário. Em vez de se unirem contra o adversário comum, os liberais se dividiram, formando o “Partido Liberal-Radical” em 1868 e o “novo” Partido Liberal, dos moderados, em 1869³⁰.

O jornal *A Reforma* entra nesse contexto muito mais partidário, nesse sentido, do que o *Jornal do Comércio*. Representava os anseios e interesses políticos de um grupo específico da política imperial, a ala mais moderada entre os liberais, formado por políticos entre outros, Afonso Celso de Assis Figueiredo³¹, Zacarias de Góes³², Cesário Alvim e Francisco Otaviano. A pauta de seu partido trazia, entre outras coisas, a reforma eleitoral com eleições diretas restritas às cidades maiores, senado temporário, reforma policial e judiciária, abolição da guarda nacional, Conselho de Estado administrativo, liberdade de consciência, de educação, de comércio e de indústria, descentralização, revogação da Lei de Interpretação³³ e uma novidade: a emancipação gradual da escravidão, porém eram contrários a ideia do

²⁸ ALONSO, Op. Cit, pp. 277.

²⁹ Ibidem. Pp, 75 -76.

³⁰ Idem.

³¹ Posteriormente intitulado Visconde de Ouro Preto.

³² Zacarias de Góes e Vasconcellos, quando a frente do gabinete Liberal, indica Visconde de Ouro Preto como Ministro da Marinha.

³³ A Lei de Interpretação do Ato adicional e a Reforma do Código do Processo foram medidas essenciais na repressão às revoltas ocorridas no Império brasileiro entre 1841 e 1850. Podemos visualizar o alcance do poder por elas atribuído aos Chefes de Polícia na manutenção da ordem pública durante o Segundo Reinado.

republicanismo, sendo pela permanência da Monarquia com algumas reformas. Com suas diferenças o Partido Liberal Radical colocava em cena uma questão que não passava pelo primeiro, que era o republicanismo.

Nesse cenário João Henriques entra nesse jornal para trabalhar, a princípio, como tipógrafo. Mas como podemos pensar que ele também não tenha tido uma vida pública e política se passou a ter a relação próxima de amizade e cumplicidade com Afonso Celso? Que ele não tenha, além da amizade e admiração pelo político do império, uma afinidade política com ele? Porque ele, vendo as propostas do Partido Liberal e com suas convicções a respeito da sua situação social e empregatícia, não tenha visto neste projeto tal afinidade? Pois é, Francisco de Assis Barbosa diz que:

João Henriques era liberal, por sentimento e convicção. Trabalhava no jornal do partido e seguia à risca a orientação dos chefes (...). Por seu turno, o mulato conquistara a estima e confiança não só de Afonso Celso, como dos demais diretores. De simples compositor, passara a chefe de paginação, acompanhando pelos artigos de *A Reforma* a marcha liberal para a reconquista do poder, o que se iria verificar alguns anos mais tarde, com a formação do gabinete de 5 de janeiro de 1878, sob a chefia de Cansação de Sinimbu. Jamais se arrependeu de ter deixado o emprego do *Jornal do Comércio* pelo de *A Reforma*.

Além do trabalho na tipografia do jornal do partido, João Henriques parece que efetivamente levou adiante suas opiniões políticas e planejou por volta do ano de 1873 adquirir seu próprio jornal. O faria na tipografia do jornal *A Reforma* se assim seus donos o permitissem. Parece que conciliou paralelamente, ainda que por pouco tempo, as duas tarefas. E foi assim, que em 1873 adquiriu, junto com mais alguns amigos, o jornal *O Futuro*. Diz o editorial da última edição do jornal ainda sob a administração de uma associação³⁴ o seguinte:

O “Futuro” que pertencia a uma associação, passa, de hoje em diante, a ser exclusiva propriedade dos Srs. João Henriques de Lima Barreto, José Ignácio da Rosa e Frederico Telles Barbosa, os quais, como solidários, são os responsáveis deste jornal, que será publicado quatro vezes por mês e em formato, para que melhor possa corresponder ao fim que se dedica³⁵.

Esse jornal, agora administrado por João Henriques, logo na edição seguinte, muda

³⁴ Não conseguimos encontrar que associação era essa.

³⁵ *Jornal O Futuro* – Jornal Artístico, Científico, Literário e Recreativo. Rio de Janeiro: 31 de janeiro de 1873, pp. 1. Disponível em: <http://goo.gl/Gf1xMG> Acesso em: 12/03/2016.

seu *slogan* de “Jornal Artístico, Científico, Literário e Recreativo” para “Jornal do Órgão Democrático”. Parece haver uma mudança na sua concepção, de um jornal com características mais de produção cultural para um libelo político de crítica ao governo Paranhos³⁶. Não é bem assim. O primeiro tinha no seu editorial sempre um texto político e ao longo do jornal vinha à produção cultural, especialmente poesia e literatura. Porém, no segundo jornal o conteúdo político aumentou e ganhou mais espaço, sem perder o viés cultural. Não podemos afirmar que essa mudança deveu-se apenas a ação de João Henriques, ligado às ideias liberais do período e próximo da ala mais moderada do partido, porém sua influência não só não deve ser descartada, como pode ser importante para a compreensão do deslocamento.

Através desse episódio, de uma tentativa que na verdade se constituiu numa experiência de ser proprietário de um jornal, já que ele não vai além de dois meses após João e alguns colegas terem o adquirido, mostra como a participação desse operário das letras, da tipografia do jornal *A Reforma* não se resumiu ao trabalho cotidiano, mas numa busca por uma vida política e pública efetiva. Mais, para além da busca por uma segurança maior de um emprego que conquistara a duras penas, ele construiu uma visão política e ideológica para o país e via na perspectiva liberal um caminho. Porém, essa perspectiva liberal não tem como horizonte uma mudança da estrutura social do Império, visa, naquele momento, apenas questionar o monopólio que o Partido Conservador passou a ter na política do país, governando por quase trinta anos ininterruptamente. O Partido Liberal também queria estar no poder, o que conseguiu posteriormente, porém as reformas Rio Branco representavam uma ameaça a essa estrutura.

Parece haver, do ponto de vista da experiência de João Henriques, um deslocamento em que o campo da política ganha importância em sua vida. Com os objetivos que fossem, talvez mais pela garantia de suas conquistas que por algum ideal de nação, ainda sim o mulato fez parte da fundação do jornal *Tribuna Liberal*, em 1888. Como podemos perceber, esse jornal fundado por membros da ala Liberal moderada, nesse momento chamado de resistência liberal, é utilizado, em grande medida, como o lugar de voz desse grupo em meio as discussões completamente acirradas sobre qual seria o melhor regime de governo. A República ganhava muita força na sociedade e a queda da Monarquia nesse momento era questão de tempo. A resistência Liberal, formada por entre outros, Sinimbu, Lafaiete,

³⁶ José Maria da Silva Paranhos ou Visconde de Rio Branco é nomeado Presidente do Conselho de Ministros em 1871 e permanece até 1875. Seu governo se deu em meio a um momento de prosperidade econômica, propondo algumas reformas, em áreas como educação e saúde. Foi durante seu governo que foi promulgada a Lei do Ventre Livre, de 1871.

Otaviano e Afonso Celso, contava agora também com a participação do recém-egresso do jornal *A Reforma*, o tipógrafo João Henriques, que foi convocado para tomar conta das oficinas do novo órgão, montadas na Rua do Ouvidor.

Em meio aos questionamentos do regime monárquico, a resistência liberal reorganiza um programa para o partido, que entre outras coisas possuem reformas no campo político como alargamento do voto, reforma na administração provincial, temporariedade do Senado, e no campo dos costumes com o casamento civil obrigatório e plena liberdade de culto. Visconde de Ouro Preto sobe ao poder novamente, nomeia um novo ministério de um governo que durou cento e sessenta dias. Em meio às discussões no parlamento, Ouro Preto, certa vez, disse o seguinte:

Viva a República, não! Não e não! Viva a monarquia brasileira, tão democrática, tão abnegada, tão patriótica, que seria a primeira a conformar-se com os votos da nação e a não lhe opor o menor obstáculo, se ela, pelos seus órgãos competentes manifestasse o desejo de mudar de instituições³⁷.

Ou seja, o grupo de Ouro Preto representava o desejo de permanência da ordem e dos privilégios dessa classe política e seus interessados, através da monarquia. Essa perspectiva foi compartilhada, em geral, por pessoas que tiveram alguma ascensão social durante esse período ou que eram contra alguma mudança estrutural nesse momento, como é o caso de João. Quando da proclamação da República em novembro de 1889, o tipógrafo permanece no jornal de oposição ao novo regime inclusive indo ao embarque para a Europa, do então exilado político, Visconde de Ouro Preto. Segundo Barbosa,

Entre eles, lá se encontrava João Henriques de Lima Barreto, correligionário do Visconde de Ouro Preto, mas nem por isso menos corajoso ou menos dedicado que os outros. Enfrentava, assim, a perseguição dos republicanos, sem temor de perder o emprego da Imprensa Nacional, onde exercia as funções de mestre de composição, desde 1878, cargo esse que conseguiu através de Ouro Preto³⁸.

Correu riscos, portanto. Correu porque acreditava naquilo. Passou a ganhar alguma notoriedade e a ser perseguido também pelos republicanos. Se tornou um funcionário do Estado que tinha fortes ligações com o ex-ministro Afonso Celso e não escondia sua posição a

³⁷ BARBOSA, Op. Cit., pp. 53.

³⁸ Ibidem, pp. 54.

favor da monarquia. E sofreu as consequências.

Um possível funcionário, da Imprensa Nacional na época, enviou para o então jornalista Rui Barbosa, uma carta em que ele relata que João, em vez de oferecer seus serviços ao Estado, pelo qual era pago, está conspirando contra a recém-proclamada República através do jornal *Tribuna Liberal*³⁹. Segundo, critica o aumento nos vencimentos de João Henriques e outro funcionário, além de sua promoção dentro da instituição pelo fato de estar ligado ao jornal do Partido. João Henriques passa a ser considerado pelos defensores do novo regime como um conspirador político e uma ameaça a nova ordem estabelecida. E seu nome parece chegar até Rui Barbosa, logo ministro no início da República. Tanto que entre boatos que Barbosa demitiria João a qualquer momento, o mulato orgulhoso assina sua demissão da Imprensa Nacional antes.

Talvez a percepção de João Henriques tenha sido de ver no Partido Liberal, mais do que um projeto político definido, a luta pela permanência de suas conquistas sociais. Talvez o tipógrafo tenha pensado sua experiência política nesses termos. Olhando para trás, conquistou uma segura ascensão social, com uma família bem estruturada e podendo dar uma educação de qualidade para seus filhos através desse acordo implícito entre os partidos Conservador e Liberal que no fundo não queriam mudar a base da estrutura social. Daí as críticas severas à política de Rio Branco no jornal:

Cheios da mais profunda consternação, motivada pelas sucessivas desgraças da pátria, tão humilhada e perseguida por esta corrompida actualidade que, encerra em si o que há e mais fatal e sinistro para o país; ainda uma vez, pois, cabe-nos a tarefa, de por amor ao povo e respeito a lei, bradarmos repassados de justa indignação, contra este governo, fraco por si mesmo, sem apoio na opinião, porém tenaz em conservar o poder para a contínua tiranização deste infeliz povo, cujos destinos, em hora amaldiçoada, pairaram nessas mãos sacrílegas que, ousam tocar na área santa de suas liberdades! Até quando estaremos sujeito a este governo eivado de ódios e mesquinhas paixões? Até quando este povo, em silêncio, sofrerá as torturas dessa medíocre e desgraçada situação acerrima inimiga do progresso e da liberdade do país? E, que o destino reserva ao Sr. Rio Branco e seus colegas

³⁹ “Exmo Sr. Conselheiro Rui Barbosa. É verdade tudo quanto diz o Sr. Galvão³⁹, relativamente aos méritos pessoais e técnicos do Sr. Lima Barreto, mas também não é menos verdade que: 1º) o Sr. Lima Barreto foi encarregado de montar as oficinas da Tribuna Liberal, sendo para isso dispensado de horas e até dias de serviço na Imprensa Nacional; e para ocupar o lugar de paginador da mesma oficina, como tem sido até aqui, foi também sempre dispensado nas oficinas do Estado uma hora antes de ali findar o trabalho pelo regimento da casa. 2º) Tanto o Sr. Lima Barreto deveria receber essa recompensa, que dias antes de ser chamado o Sr. Visconde de Ouro Preto para organizar o gabinete de junho, já o Sr. Galvão estudava o projeto de reforma, há menos de um mês publicado, que elevava os vencimentos do chefe da composição de 250\$ a 300\$ mensais”. BARBOSA, *Ibidem*, pp. 56 – 57.

a glória de demolirem a sociedade brasileira!⁴⁰

Essa experiência de João Henriques está ligada justamente a classe ao qual pertencia, a dos tipógrafos, que como veremos, se constituiu em grupos dos mais significativos desse período e que tinham essa peculiaridade de se aproximar, pela questão do trabalho com os textos escritos, da imprensa da época, que era o grande palanque das discussões políticas do período. Assim, uma ambientação, ao menos, com os termos do debate político era possível. Outra questão era a reivindicação do caráter intelectual do trabalho tipográfico.

1.3 O tipógrafo e sua classe

João Henriques trabalhou como tipógrafo entre os anos de 1867⁴¹ a 1889, durante mais de vinte anos. Começou a trabalhar desde cedo⁴². Em meados de 1867, portanto, passa a fazer parte de um grupo de trabalhadores que nesse momento ganhara abrangência no ambiente urbano da corte imperial do Rio de Janeiro, a classe dos trabalhadores assalariados especializados. Essa classe urbana em emergência nesse período abrange uma vasta gama de trabalhadores, que se organizavam muitas vezes entre indivíduos que realizavam o mesmo ofício, entre eles barbeiros, chapeleiros, alfaiates, carpinteiros, marceneiros, músicos, entre tantos outros. Foram dentro de uma história dos movimentos sociais e de organização dos trabalhadores, que ainda no século XIX começaram a buscar uma frágil reivindicação de direitos e seguridade social.

Estamos em um momento em que há, especialmente na capital da corte brasileira, a mais populosa do país, uma dinamização do trabalho e um crescimento das cidades de modo geral, também resultado da crise da escravidão, principalmente do Norte e Nordeste do Brasil. Uma grande quantidade de escravos ou libertos acabam migrando para o Rio de Janeiro ou em busca de algum emprego ou sendo negociados para outra fazenda, especialmente no Vale do

⁴⁰ Jornal *O Futuro* – Jornal Artístico, Científico, Literário e Recreativo (23 de março de 1873) – Typ. Da – Reforma – Rua do Ouvidor, pp. 1, Disponível em: <http://goo.gl/oA6vpR> Acesso em: 12/03/2016.

⁴¹ Não temos uma data de início precisa. Segundo Assis Barbosa, João Henriques começa a trabalhar no jornal *A Reforma* no ano de sua fundação, 1869. Antes disso ele trabalhava no Jornal do Comércio, emprego que conseguiu poucos anos antes, após ter saído do Imperial Instituto Artístico.

⁴² O primeiro periódico em que João trabalhou foi na tipografia do *Jornal do Comércio*. Segundo a referida biografia, o tipógrafo se demite do jornal e consegue emprego no jornal *A Reforma* quando tinha 19 anos de idade apenas. Portanto começou a trabalhar antes disso.

Paraíba paulista e carioca, regiões essas que foram as últimas a reconhecerem a escravidão como um sistema social a ser superado pelo país. Assim a partir dos anos 1870, houve consequências à transferência de escravos principalmente para a região sudeste do país, como nos mostra Sidney Chalhoub:

A transferência maciça de escravos através do tráfico interprovincial, especialmente na década de 1870, aumentou bastante a tensão social nas províncias do sudeste (...) Assim como no caso de Bráulio, muitos desses negros estavam passando por uma primeira experiência mais traumática dentro da escravidão. Separados de familiares e amigos e de suas comunidades de origem, esses escravos teriam provavelmente de se habituar ainda com tipos e ritmos de trabalho que lhes eram desconhecidos (...) A julgar pela presença constante de negros provenientes de outras províncias na Corte – eles estão em toda parte nos processos cíveis e criminais –, muitos escravos conseguiram permanecer na cidade e impedir ou inverter parte do percurso que os colocaria sob o domínio dos feitores das fazendas de café do interior⁴³.

Com isso, a população da cidade teve um aumento considerável e com as tentativas de modernização, como a proliferação da imprensa, o aumento das instituições educacionais, projetos de saneamento urbano, houve uma dinamização do trabalho e da sociedade da cidade do Rio de Janeiro. Os trabalhadores urbanos surgem como grupos que passam a buscar uma seguridade social em meio à desregulamentação do trabalho assalariado no Brasil do período, que acontecerá apenas no século XX. Ganhavam seus salários, porém poucos direitos tinham garantidos. Os tipógrafos, em particular, por alguns motivos, foram uma classe de destaque nessa atuação durante a segunda metade do século XIX na zona urbana do Rio. Trabalhadas por considerável historiografia já existente acerca do tema⁴⁴, foi responsável por uma das primeiras greves realizadas por operários na cidade do Rio de Janeiro, de que se tem registro, datada de 9 de janeiro de 1858. A paralisação, de um dia, foi realizada pelos trabalhadores tipográficos do Rio de Janeiro, dia esse que nenhum habitante da capital do Império pode ter acesso a jornais. Além disso, era um grupo de trabalhadores que parece ter toda uma questão simbólica ligada a seu ofício e meios de propagação desses ideais.

Durante a segunda metade do século XIX, na capital da corte, circularam nada mais

⁴³ CHALHOUB, Sidney. **Visões de Liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. , pp. 69 – 70.

⁴⁴ Desde a década de 1990 uma vasta literatura sobre o tema do mutualismo vem se constituindo. Especificamente sobre mutuais de trabalhadores ou por ofícios merecem destaque: Cadernos AEL (1999); Fortes (1999); Lacerda (2011); Batalha (1992; 1999; 2004); Mac Cord (2009); Nomelini (2007); Silva Jr. (2004), entre outros. Recentemente um amplo repertório sobre o mutualismo foi publicado dedicando especial atenção às experiências mutualistas dos trabalhadores no século XIX e XX (Mac Cord; Batalha, 2014).

que quatro jornais que se declaravam ligados à classe dos tipógrafos. São eles *O Echo da Imprensa*, o *Jornal dos Typographos*, a *Revista Typográfica* e o *Typógrafo*. Nesses jornais, formados basicamente pelos trabalhadores tipógrafos, eles advogavam sua valorização profissional e privilegiavam seus interesses de classe. Mas principalmente construíam toda uma simbologia relacionada a especificidade da sua profissão. Um aspecto muito ressaltado dizia respeito a proximidade do trabalho técnico com o trabalho intelectual do tipógrafo, o que na visão dos membros, era algo que os diferenciava dos demais trabalhadores:

A profissão tipográfica representava um trabalho especializado, pois quem exercia esse ofício realizava tanto uma atividade mecânica quanto uma intelectual. Esse ofício era concebido como uma arte, porque, além de ele ser um trabalho manual que necessitava de inteligência e disciplina para compor as letras no componedor e imprimi-las nos prelos, esse mesmo ofício ainda exigia o domínio da representação escrita, tais como as profissões liberais da época, fazendo-se dela uma atividade criativa⁴⁵.

De certa forma, o trabalho do tipógrafo era o trabalho técnico mais próximo de alguém com formação acadêmica ou intelectual. Um tipógrafo necessariamente precisava saber ler e escrever, construir textos e narrativas, como diz Vitorino, consideravam uma atividade criativa. Claro que havia uma grande distância entre os indivíduos que faziam parte das faculdades nesse período e os trabalhadores tipógrafos. Os estudantes, em geral, eram de classes abastadas e tinham toda uma formação cultural da elite do país. Os tipógrafos eram trabalhadores, em grande parte, vinda das classes populares do Império, que conseguiram através do ingresso nas instituições de formação técnica, destinada a essa classe, algum capital cultural que os permitia realizar um trabalho, que necessitava do intelecto⁴⁶. Era nisso que ambos se aproximavam e era isso que era reivindicado pelos tipógrafos, se diferenciando do restante dos trabalhadores assalariados.

Segundo Vitorino, no século XIX esse grupo, não concebendo a diferença fundamental ainda presente nesse período, que diferenciava as chamadas artes liberais e artes mecânicas (a primeira que lhe seja necessário o domínio do intelecto, a segunda não necessariamente), pensavam os artistas e os operários como uma classe, em que o trabalho é

⁴⁵ VITORINO, Artur José Renda. Leitores e leituras de romances franceses em nossas plagas imperiais. *Cadernos Arquivo Edgard Leuenroth*, (Unicamp), Campinas - v.9, n.16/17, pp.57-90, 2002, pp. 83.

⁴⁶ Com isso não quero dizer que os outros trabalhadores especializados e assalariados não necessitassem de formação e uso do intelecto, apenas enfatizo a compreensão e definição da classe tipográfica do período, em uma intenção de estabelecer alguma distinção social e valorização do seu trabalho.

critério fundamental, porém que dominavam certas habilidades, ou especialidades⁴⁷. Com esse critério tanto um pintor, arquiteto quanto um chapeleiro e um pedreiro eram enquadrados em tais definições. Além do mais, até indivíduos escravizados urbanos também eram considerados artistas ou operários, trabalhando muitas vezes lado a lado do homem livre e assalariado. Obviamente não estamos querendo dizer que nessas condições do trabalho urbano em alguns estabelecimentos prezava a equidade entre livres assalariados e escravos. Não era comum eles trabalharem no mesmo espaço, mesmo se tendo notícias de escravos compositores de alguns jornais durante o século XIX. Nesse sentido de uma divisão entre uma arte liberal e uma arte mecânica, podemos dizer que a classe tipográfica pertence ao meio termo. Ou seja, o trabalho necessita de um apuramento do intelecto e também de um trabalho, digamos, mais técnico. Havia essa reivindicação dos tipógrafos serem uma classe de artistas.

Como nos mostra o primeiro recenseamento realizado em 1872:

Tabela 1: Quadro de Ocupações (Brasil, 1872)

Profissões	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
Sem Profissão	1.984.053	20,44	2.188.061	22,55	4.172.114	42,99
Lavradores	2.131.830	21,97	905.636	9,33	3.037.466	31,30
Serviço Doméstico	196.784	2,03	848.831	8,75	1.045.615	10,77
Costureiras	-	-	506.450	5,22	506.450	5,22
Criados/Jornaleiros	274.217	2,83	135.455	1,40	409.672	4,22
Criadores	147.443	1,52	58.689	0,60	206.132	2,12
Operários em Tecidos	6.313	0,07	133.029	1,37	139.342	1,44
Comerc./Guarda-livro/Caixeiros	93.577	0,96	8.556	0,09	102.133	1,05
Artistas	36.906	0,38	4.297	0,04	41.203	0,42
Capitalistas/Proprietários	23.140	0,24	8.723	0,09	31.863	0,33
Operários em Couros/Peles	5.612	0,06	15	0,00	5.627	0,06
Prof./Homens de Letras	1.307	0,01	2.218	0,02	3.525	0,04
Operários em Chapéus	1.711	0,02	219	0,00	1.930	0,02
Parteiros	50	0,00	1.147	0,01	1.197	0,01
Operários em Tinturaria	422	0,00	127	0,00	549	0,01
Religiosos (regulares)	107	0,00	286	0,00	393	0,00
Total	4.903.472	50,52	4.801.739	49,48	9.705.211	100,00

FONTE: Recenseamento de 1872. Disponível em: <https://goo.gl/HEkNsO>, acessado em 02/05/2016.

Como nos mostra os dados do recenseamento feito em 1872, havia um contingente bastante significativo de desempregados, em meio a um contexto de aumento demográfico na cidade do Rio de Janeiro através das migrações internas, mas também de uma população liberta nesse cenário. Assim passou a haver um discurso excludente e preconceituoso para com indivíduos não pertencentes ao mercado de trabalho naquele momento. Os tipógrafos, na

⁴⁷ VITORINO, Artur José Renda. Os sonhos dos tipógrafos na Corte Imperial brasileira. In: Claudio H. M. Batalha; Fernando T. da Silva; Alexandre Fortes. (Org.). **Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado**. 1ªed.Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004, v. C899, p. 167-203.

visão de Almeida, passaram a compartilhavam certos códigos simbólicos, primeiro porque acreditavam na importância social e intelectual de seus trabalhos, mas também para se destacar em relação a essa população em crescimento na capital:

As adversidades enfrentadas pelos trabalhadores, em grande parte, eram produzidas pela desqualificação do valor do trabalho manual, pela economia escravista, pelas condições de vida e pela concorrência e composição social do mercado de trabalho, dada a participação cada vez mais crescente de trabalhadores imigrantes, sobretudo portugueses, na corte do Império (...) Passava a ser compreendido também como um emblema de bom caráter, moral e dignidade, contra aqueles que se entregavam ao ócio, à prática de atividades condenáveis, como a mendicância, jogatina, capoeira, prostituição e vagabundagem⁴⁸.

Temos aqui duas questões importantes que dizem respeito diretamente a classe dos tipógrafos. Primeiro que eles pertencem a esse grande guarda-chuva que são os indivíduos livres. Nesse momento, com a instituição escravista falida, outras formas de pensar a força de trabalho foram necessárias e uma delas foi a imigração de estrangeiros para trabalhar no país. No Rio de Janeiro, principalmente portugueses, passavam a competir no mercado de trabalho com esses indivíduos livres. Portanto era necessário buscar formas de distinção para não ficar para trás nessa corrida que se acirra no mercado de trabalho brasileiro e garantir seus empregos e renda para a manutenção de suas famílias.

Outra coisa se refere ao aumento de negros libertos na sociedade brasileira como um todo, não vindo junto com a liberdade, formas de aperfeiçoamento educacional ou oportunidades de trabalho. O discurso da época, muito ligado a preconceitos raciais e morais, além de um discurso meritocrático, pouco analisa as condições que o estado oferece a esses indivíduos que saíram do cativeiro e suas práticas, como a mendicância ou a jogatina, como imorais e indignas. Os tipógrafos se enquadrariam nesse outro lado, dos trabalhadores que zelam pela ordem e pelo trabalho como símbolo de honestidade e virtude.

Esse grupo de trabalhadores, no Rio de Janeiro, passa a ganhar abrangência, força política e como classe, principalmente durante o governo de José Maria da Silva Paranhos a partir de 1869 até 1874. As chamadas “reformas Rio Branco” são consideradas pela historiografia sobre o período como uma espécie de reforma dentro da ordem. Ou seja, se caracterizou por um governo que propôs algumas reformas em diversas áreas como educação,

⁴⁸ ALMEIDA, Mateus Fernandes de Oliveira. **Representações do Associativismo entre as mutuais de trabalhadores na Corte do Império**. Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, v. 41, n. 1, p. 143-163, jan.-jun. 2015, pp. 149.

saúde e economia, porém não rompeu com esse acordo maior entre os conservadores e os liberais na tal Ordem Saquarema. Porém essas mudanças foram significativas, considerando o contexto aqui abordado e que influenciou diretamente na experiência desses trabalhadores, assim como para os tipógrafos.

O gabinete preocupou-se também em criar cidadãos aptos para atender às exigências da modernização em dois sentidos. De um lado, incorporando efetivamente os homens livres pobres, não na política, mas na economia. Nesta segunda direção, idealizou a expansão do alunado, abarcando crianças e adultos dos estratos sociais até então sem acesso ao sistema de ensino. Foi proposto o ensino técnico, profissionalizante, através de escolas industriais provinciais e programas de alfabetização de adultos, bem como inaugurava dez escolas públicas na corte. Além da profissionalização do magistério, Paranhos criou escolas técnicas superiores, abrindo carreiras práticas para grupos sociais não pertencentes ao estamento senhorial (...) A divisão da Escola Central em Militar e Politécnica separava militares e engenheiros, chamando os menos abastados para suprir os postos indignos para a elite, que continuaria exercendo a magistratura, a medicina e a política. A reforma efetivamente ampliou a população com acesso à educação superior no Império. (...) As medidas respondiam, assim, à necessidade de criar um povo de trabalhadores – e à expectativa de formar um estrato intermediário entre os homens livres pobres e a elite extraída dos estamentos senhoriais, capaz de executar as tarefas que o crescimento e a diversificação econômica do país requisitavam⁴⁹.

Assim, os tipógrafos tinham sua profissão localizada em um extrato intermediário da sociedade, abaixo dos negociantes de “grosso trato” (os grandes comerciantes), dos eclesiásticos, dos profissionais liberais (médicos e advogados), mas eles ficavam acima de uma grande parcela da população urbana do período formada por trabalhadores braçais que não tinham nenhuma especialização. Sem falar nos escravos que ainda representavam uma parcela significativa da sociedade⁵⁰.

Além da reivindicação de que eram artistas, a classe dos tipógrafos constituiu um conjunto de códigos simbólicos que compartilhavam, relacionados à ética do trabalho, de uma moral religiosa e de um culto ao pensamento. Nesse contexto, tanto da emergência da classe dos tipógrafos, quanto da importância da imprensa à sociedade carioca, há uma conexão que é veiculada com o objetivo de elevar, o status de possuir “uma missão que era permitir transmitir aos séculos vindouros, de uma maneira ao mesmo tempo rápida, elegante, correta e repetida ao infinito, o pensamento. Por isso, ao lidarem com seus caracteres móveis, os tipos

⁴⁹ ALONSO, Op. Cit., 2012, pp. 85.

⁵⁰ Ibidem, pp. 175.

(e cada tipo, dizia-se na peça, é “o núncio veloz das ideias”), os tipógrafos são “os modernos soldados das modernas conquistas do pensamento⁵¹”. Havia uma ideia de que a chamada redenção social se daria, além de outras maneiras, principalmente através da imprensa, do pensamento que circula.

Dentro de uma interpretação histórica, mencionada pelo autor, os tipógrafos viam na invenção de Gutemberg um espaço de circulação de ideias, que para além da informação, em relação aos acontecimentos presentes na sociedade, gerariam um 'esclarecimento' em torno de questões como liberdade de pensamento, de organização social e política. A imprensa estaria no bojo das invenções das sociedades rumo ao progresso, das ciências modernas cujo desenvolvimento da cultura era resultado de sua invenção.

Para além de uma construção histórica e simbólica feita pelos tipógrafos no decorrer da segunda metade do século XIX, alguns pensadores, do ponto de vista das condições de trabalho, reivindicam que a situação dos trabalhadores das oficinas não era toda essa maravilha. Entre historiadores que se debruçam sobre o mundo do trabalho urbano nesse período, dizer que um alfaiate ou tipógrafo seria um trabalho mais nobre que a maioria dos trabalhos braçais não é totalmente correto. Jacques Rancière, ao analisar os operários na França por volta de 1840, focaliza que os discursos mais exaltados de valorização do trabalho, estavam, muitas vezes, vinculado a ideais de valorização e visibilidade de seus trabalhos, o que escondiam, muitas vezes, a degradação real de suas atividades⁵². Para Vitorino, essa teoria de Rancière, quando pensado o caso brasileiro, não é possível saber com certeza suas condições.

A partir de um relato de um tipógrafo, que descreve condições bastante degradantes de trabalho (local apertado, mal ventilado, grandes períodos de trabalho), fala também em um sonho que possui. Para o historiador, na interpretação desse sonho que reside, talvez, a questão fundamental:

1 - pode ser entendida como um sonhar em conseguir um trabalho mais satisfatório e menos enfadonho no local de trabalho, de melhor salário, de mais tempo livre e que desse condições para realizar as suas aspirações humanas; 2- quanto uma procura por realizar os sonhos que os tipógrafos propuseram para si mesmos, consubstanciando em realidade as potenciais venturas que a profissão tipográfica lhes oferecia diariamente no local de

⁵¹ VITORINO, Op. Cit., 2004, 181-182

⁵² RANCIERE, Jacques. **A noite dos proletários**: arquivos do sonho operário. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

trabalho⁵³.

Outro ponto mencionando o relato do tipógrafo, quanto à questão da ausência de condições para realizar as aspirações humanas estava a possibilidade e o tempo de exercer uma atividade a qual lhe dava muito prazer, a leitura. O tipógrafo não identificado menciona a saudade que seus livros estão dele. Esse elemento pode ser relacionado com uma característica que, independente do real lugar social do tipógrafo na sociedade da corte imperial carioca, diferencia a profissão das demais, que é a relação com as letras. Não apenas por que constroem, tecnicamente, os textos que sairão no dia seguinte nos jornais de grande circulação do Rio de Janeiro, mas porque também possuem o hábito e gosto da leitura. Esse elemento, se não explica por si só o hábito e o gosto pela leitura de João Henriques, nos dá uma ideia de como o lugar social ocupado pelo pai de nosso escritor permitiu que gostasse das letras e formasse seu caráter e de sua família através também do intelecto. Um fato exemplar desse interesse de João Henriques pelas 'coisas das letras' foi a publicação de sua tradução do manual de aprendiz tipográfico do francês Jules Claye para o português. João Henriques se ocupou dessa tarefa importante para a classe de novos tipógrafos, que ainda estavam se formando no ofício, durante os anos 1870⁵⁴

Vemos, portanto que entre os tipógrafos, houve uma complexa rede de trabalhadores que estavam mesmos dispostos a se estabelecerem enquanto um grupo que reivindicava sua importância para sociedade do período. Além do esforço para garantirem algum reconhecimento social através do trabalho, também buscaram formas de garantir certa seguridade social. Todas essas questões simbólicas foram de alguma forma discutidas por organizações, que ganhavam força nesse período e que tinham alguns objetivos bem definidos, as chamadas associações de socorro mútuo ou mutuais.

Depois da extinção das corporações de ofício após a independência, as mutuais se tornam organizações importantes no século XIX, em relação à busca pela garantia de fundos para ajudar trabalhadores em situação de vulnerabilidade social. Muitos historiadores

⁵³ VITORINO, Op. Cit., pp.178.

⁵⁴ Diz Barbosa sobre a publicação da tradução desse importante manual: “na verdade, não se trata de uma tradução pura e simples. O autor teve o cuidado de adaptar as lições do famoso tipógrafo ao meio em que vivia, enriquecendo-as de notas e exemplos peculiares, como a citação do verso de Machado de Assis: “Bailando no ar gemia inquieto vaga-lume”, para exemplificar a maneira tipograficamente compor poesias em português. Como este, muitos outros poderiam ser citados, e que demonstram o cuidado da edição brasileira do trabalho de Claye, que, por muitos anos, serviu de orientação profissional aos aprendizes da Imprensa Nacional, a quem é dedicado. Lá estão, no pequeno livro, os mapas de caixa da Imprensa Nacional de Lisboa e do Rio, sem falar num excelente guia de revisão, até hoje adotado oficialmente naquela repartição, é claro que com algumas modificações. BARBOSA, Op. Cit., pp. 51.

relacionam a experiência das mutuais com organizações proto-sindicais, ou seja, não possuíam regulação de suas atividades e, a princípio, tinham como objetivo maior a proteção social de seus membros.

As chamadas associações de socorros mútuos tinham o objetivo expresso de fornecer a seus membros pequenas importâncias em caso de doença, desemprego ou invalidez, ou custear enterros e garantir uma pequena pensão à família dos que faleciam bem pobres. Era organizado através de um fundo que os próprios trabalhadores pagavam para uma situação inesperada desse tipo. Essas associações de que fazia parte João Henriques não permitiam que escravos, imigrantes e até mesmo libertos se filiassem a entidade. Desse modo, a censura à identidade operária do escravo, que não tinha o direito de associar-se em agremiações civis, com exceção das confrarias e irmandades, pode ser interpretada como uma forma de impedir o ingresso de “homens de cor” na sociedade. Escravos encontravam-se empregados em vários ofícios na praça carioca, concorrendo com trabalhadores livres com o incremento cada vez mais acentuado de artistas e operários estrangeiros. Isso em decorrência de discriminações étnicas e raciais, mas também pode ser interpretado como uma forma de defesa do trabalhador livre perante a concorrência do mercado de trabalho. Os tipógrafos não se furtaram dessa análise.

Na metade do século XIX, o historiador Vitorino verificou, só na cidade do Rio de Janeiro, a presença de 14 associações mutualistas, de diferentes ofícios, como cabeleireiros, chapeleiros, sapateiros, tipógrafos, copeiros, alfaiates. Em geral, essas associações eram organizadas por trabalhadores que realizavam um mesmo ofício. Porém, na cidade do Rio de Janeiro, uma associação em especial se difere do perfil das demais, a Associação Nacional dos Artistas Brasileiros: Trabalho, União e Moralidade, na qual fazia parte João Henriques de Lima Barreto. Nesse período de sua vida, os anos em que nasceram seus filhos, Afonso (1881), Evangelina (1882) e Carlindo (1884), João Henriques um homem que conseguira um bom casamento, um bom emprego, porém nesse momento sua situação ainda é bastante incerta. Incerta porque no final das contas era mulato, vinha de família escrava e nascera pobre. Assim como a maré lhe ajudou até agora, poderia o atrapalhar mais para frente. Alguma atitude de segurança social lhe foi possível e ele parece não ter pensando duas vezes. João Henriques, portanto, se utilizou de vários artifícios, disponíveis nesse momento, para garantir sua ascensão social. Ele assim agiu, dentro das condições que a sociedade lhe permitia, refletindo sobre sua condição e pensando formas de garantia de conquistas e novos projetos.

Pensando que João Henriques foi um tipógrafo que fez parte desse meio, durante boa parte de sua vida, poderemos refletir sobre como esses valores foram compartilhados por ele. Além disso, podemos também perceber, através de certas escolhas dos sujeitos históricos, por que caminhos percorriam e que significados davam a elas. Se tratando da classe tipográfica carioca e o lugar que ela tinha como associação, fundamentalmente de proteção social e ajuda mútua, existiam no Rio de Janeiro dos anos 1850 – 1880 quatro dessas associações. São elas: *Imperial Associação Tipográfica Fluminense*, fundada em 1853 e contemplava, apenas, a categoria dos tipógrafos. Outra era a *Associação Nacional dos Artistas Brasileiros Trabalho, União e Moralidade*, fundada em 1861 e que contemplava ofícios diversos como membros, e da qual fazia parte João Henriques de Lima Barreto⁵⁵. Outro, fundado em 1868, era a *Associação dos Compositores do Jornal do Comércio*, formada por tipógrafos tão somente. A última era a *Associação Cooperadora dos empregados da Tipografia Nacional*. Havia ainda outras associações, de participação mista, em que provavelmente tipógrafos faziam parte. Mas fiquemos nessas organizações, apenas.

O que, talvez, seja um ponto importante para a análise, não seja tanto a representatividade das associações dos tipógrafos frente às demais, mas tratando, nesse capítulo, da família Lima Barreto, seria entender porque da escolha de João Henriques a essa entidade e não a outra. Não sabemos ao certo o motivo da escolha, mas como já ressaltamos, a falta de fontes reduz muito a demonstração da tese aqui apresentada, porém podemos produzir algumas hipóteses. Nesse caso, a escolha de João Henriques pode não ter motivação especial alguma, porém, como vimos anteriormente existiam essas opções. A profissão de tipógrafo, pelos motivos também já apresentados, correspondia a uma profissão pela qual os indivíduos proletários do Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX tinham uma organização bastante interessante, tanto do ponto de vista da proteção aos membros com problemas

⁵⁵ Obtivemos essa informação através de um comunicado, no Jornal Gazeta de Notícias, em 1880, com a seguinte nota: “A Associação Nacional dos Artistas Brasileiros, Trabalho, União e Moralidade, reunida no dia 19 do corrente em assembleia geral, elegeu a seguinte diretoria: Presidente, Antônio Luiz do Espírito Santo Castro; Vice-presidente, Antônio Nunes de Oliveira; 1º Secretário, Cândido Brandão de Souza Barros; 2º Secretário, Augusto Medeiros da Silva Leal; Tesouraria, Cláudio José de Oliveira; Fiscal, Eloi Pedro de Santa Bárbara. Conselheiros: Antonio João Francisco, Antonio José Hilário, Francisco José de Souza Ramos, Francisco Domingos Machado, João Quintino de Lima, Luiz Pinto de Oliveira Nascimento, Alfredo Ribeiro do Val, João Henriques de Lima Barreto, Leopoldo Dias Pinto, Manual José Henrique da Silva, Miguel Pereira dos Santos e Philomeno da Fonseca Soares”. Jornal Gazeta de Notícias – Rio de Janeiro, 23 de setembro de 1880, n. 232. Disponível em: <http://goo.gl/8V8sTh> Acesso em: 12/12/2015, pp. 1. No almanaque Laemmert, em 1883, João Henriques aparece como conselheiro da mesma Associação. Essas informações, nada mais que isso, nos mostram que João Henriques fez parte, sem saber se houve alguma interrupção no percurso, da associação Trabalho, União e Moralidade de 1880 a 1883, fase de sua vida em que, já casado, possuía dois filhos pequenos, Afonso e Evangelina, e portanto em um momento delicado para estar em condição de instabilidade financeira. Para tanto, o vínculo com a associação lhe garantia certa proteção social.

financeiros ou familiares, quanto a uma organização em torno de pautas de melhores condições de trabalho.

Em 1858, a primeira greve de que se tem notícia na capital do Império fora reivindicada pelos tipógrafos, com a vistas a melhoria dos salários e redução da jornada de trabalho. Pensando que haviam opções dentro das organizações mutualistas, a escolhida para sua filiação foi uma associação com vistas a uma abrangência maior da então emergente classe trabalhadora. Inicialmente, para o ingresso a essa associação, eram necessários os seguintes requisitos, segundo Almeida:

A Associação Nacional dos Artistas Brasileiros Trabalho, União e Moralidade, fundada em 1861, em seus estatutos garantia o compromisso de “unir em uma só e grande família os filhos do trabalho”. Para fazer parte dessa “grande família”, uma porção de requisitos era solicitada ao candidato: em primeira instância: ocupar-se ou já ter ocupado em algum ofício ou arte, gozar de “honesta reputação” e ter ao menos, 18 anos de idade. A associação propunha a defesa dos interesses dos artistas brasileiros, numa equação com resultados para além das atividades exclusivamente voltadas para o socorros mútuos, incluindo a valorização do trabalhador por meio de seu enaltecimento técnico e intelectual. Prevalencia um espírito de união e proteção, esta propiciada pelas cotas pecuniárias de cada sócio, ao se ampararem mutuamente como “irmãos” e “filhos do trabalho” nas adversidades e calamidades da vida⁵⁶.

João Henriques, assim como os trabalhadores, de maneira geral, da capital do Império, estavam em um contexto de mudanças. Mudanças essas que dizem respeito a condições históricas da entrada, ainda que aos poucos, das relações de produção e trabalho capitalistas no Brasil, e internamente uma diversificação das atividades manuais e manufatureiras, um crescimento demográfico notável e uma diminuição do trabalho escravo urbano. Essas mudanças levam a esses trabalhadores se organizarem em instituições de proteção social, mas também reconfiguram, no plano simbólico, segundo Batalha, “uma dimensão central na linguagem das sociedades mutualistas: o esforço de nobilitação ao trabalho, que precede a articulação de um discurso classista”.

Porém, além desse amparo e auxílio mútuo dos integrantes dessas associações e da simbologia em torno da nobilitação ao trabalho, há algo que para nós tem especial interesse e que corresponde a uma das questões fundamentais da associação Trabalho, União e Moralidade: “Art. 3º: Moralizar e instruir pelo exemplo, pelos conselhos, e pela doutrina escrita

⁵⁶ ALMEIDA, Op. Cit., pp. 148.

aos artistas e operários para que tenham no país, a reputação e importância social de que gozam seus irmãos nos países ilustrados⁵⁷”.

Importante pontuar, como podemos ver na atividade como tipógrafo e até como proprietário de um jornal do Rio de Janeiro, que a ascensão social conquistada por João Henriques não se refere apenas a questão econômica e de classe. João Henriques deixou sim de ser um trabalhador braçal e fez parte de uma classe de artistas ou artesãos que crescia consideravelmente pelas ruas do centro do Rio. Ganhava o suficiente para viver bem com sua mulher e seus quatro filhos, chegando a ganhar na época da promoção de operário de primeira classe para chefe de turma cerca de um mil-réis. Morou com sua família, até o adoecimento de sua esposa, em bairros da região central como Flamengo e Laranjeiras. Porém, a ascensão social se refere também a aspectos ligados à cidadania e a cultura. O fato de João Henriques ter tido, ainda que talvez não tão influente assim, a experiência de uma vida pública e política, construindo o editorial de seu jornal ou mesmo conversando com os políticos que passavam pela redação de *A Reforma* nos dá pistas que a busca pela cidadania, em ser ouvido, esteve presente nas aspirações sociais de João Henriques. Aspirações essas que eram completamente ignoradas aos negros e pobres do país, em situação de vulnerabilidade social, mas também eram privados do exercício da cidadania, como o voto, a participação política e a organização social. Toda essa experiência dos pais do escritor Lima Barreto reverberará em sua trajetória pelos bancos da Escola Politécnica a partir de 1897.

⁵⁷ Consulta sobre os Estatutos da Associação Nacional dos Artistas Brasileiros Trabalho, União e Moralidade (1862). apud ALMEIDA, pp. 151.

Capítulo 2 - Da tentativa ao desencanto: Lima Barreto e sua inserção nas instituições educacionais da Primeira República

FIGURA 2 – O jovem Lima Barreto, provavelmente em 1909.



FONTE: http://palavras1.com.br/wp-content/uploads/2015/09/Lima-Barreto-ebooklivro_blogspot_com-19.jpg

*Em uma sociedade que se modelou assim, não era possível que o meu
Harakashy fosse lá das pernas.*

Lima Barreto, 1920.

A primeira foto do promissor escritor Lima Barreto foi tirada provavelmente no ano

de 1909. Ano esse de publicação do seu primeiro romance, *Recordações do escrivão Isaías Caminha*, e seis anos após o rapaz ter abandonado os bancos da Escola Politécnica, instituição que frequentou entre os anos de 1897 a 1903. Beatriz Resende, em artigo recente⁵⁸, analisa a trajetória de um dos maiores literatos do nosso país através das poucas fotos de que temos acesso hoje. São quatro, a primeira de 1909 quando pousou para o fotógrafo, bem-vestido de terno completo, num momento em que buscava alguma notoriedade no meio literário carioca. A segunda é uma foto do ano seguinte, do julgamento do caso conhecido como Primavera de Sangue, episódio em que um estudante foi morto pelas forças policiais durante uma manifestação de rua. As outras duas fotos já mostram um Lima Barreto maltratado pelo excesso de álcool e pelas constantes frustrações relacionadas à sua vida de escritor e o meio literário carioca dos anos 1910. São as duas passagens do escritor pelo hospício, em 1914 e 1919. A sequência das únicas fotos de que temos acesso de Lima Barreto mostra um deterioramento, tanto físico quanto expressivo, de uma figura que aos poucos vai, em virtude das dificuldades de encontrar lugar para sua expressão literária e política, se autodestruindo principalmente através do alcoolismo.

O que interessa aqui é o momento inicial dessa vida estudantil de Lima Barreto, quando ingressou na Escola Politécnica, em busca de uma formação como engenheiro, mas também de fazer parte, através do título acadêmico, de uma camada social privilegiada que frequentava esse ambiente quando jovem. Assim garantir a consolidação da ascensão social buscada pelos seus pais e construir uma carreira reconhecida socialmente, além de um ordenado que desse a sua família uma condição de vida bastante confortável. A foto serve para ilustrar um período, principalmente dos anos 1900 a 1910 em que Lima Barreto tentou de diversas formas e em diferentes campos a inserção através de uma carreira sólida reconhecida no Rio de Janeiro. Tentou a assimilação⁵⁹ social necessária para ser aceito em um meio que historicamente excluiu sujeitos com suas características sociais e raciais. Podemos perceber pelo traje do mulato, que apesar de simples, é adequado para frequentar os ambientes sociais pelo qual desejava fazer parte.

Essa tentativa de reconhecimento social através do seu intelecto e de uma formação educacional sólida que, como vimos, fora incentivada pelos seus pais, teve um passo importante a partir de 1897 quando, após a aprovação dos preparatórios necessários para o

⁵⁸ RESENDE, Beatriz. **O Lima Barreto que nos olha**. Artigo disponível em: <http://www.revistaserrote.com.br/2016/01/o-lima-barreto-que-nos-olha-beatriz-resende/>. Acessado em 23/05/2016.

⁵⁹ Esse termo será melhor explicado ao longo do capítulo.

ingresso, Afonso Henriques se tornou membro discente da instituição do Largo de São Francisco de Paula. Nesse capítulo trataremos, portanto, da educação, em especial a superior, durante a primeira República brasileira. Colocaremos a Escola Politécnica dentro desse quadro de instituições educacionais e problematizaremos a inserção de Lima Barreto nesse ambiente que, para além de uma instituição com fins de qualificação profissional e de formação do indivíduo, representa um espaço de reprodução de determinados grupos sociais privilegiados desde o Segundo Reinado.

Apresentaremos algumas iniciativas de Lima Barreto no interior de sua experiência social de estudante, como forma de se integrar as discussões sobre questões relevantes de seu tempo. Uma delas, neste caso, foi sua participação na Federação dos estudantes, uma organização dos estudantes das faculdades do Rio de Janeiro. Nessa federação debatia-se questões internas relacionadas às instituições em particular, mais amplas que passavam por todas as escolas e também políticas do Brasil naquele momento, saindo nos jornais, em que haviam espaços destinados às notas da federação, as posições da organização sobre cada questão brasileira ou até de política externa. Por fim, analisaremos um pouco a produção do escritor sobre esse período escolar na Politécnica através de sua escrita ficcional e memorialística, basicamente numa primeira tentativa de escrita de ficção quando ainda estava na Escola Politécnica, dialogando com autores que tecem interpretações sobre a trajetória de Lima Barreto, no que consta a relação entre a produção literária quando jovem e sua experiência no ensino superior.

2.1 Um mulato querendo ser engenheiro

Desde pelo menos a década de 1950, quando ouvimos falar em Lima Barreto, logo o relacionamos como um importante representante da literatura brasileira. Lima Barreto como escritor. Realmente a literatura do mulato consta talvez como grande feito de sua vida, deixando obras fundamentais para a sociedade e cultura brasileira. Porém, a literatura não foi a única coisa que Barreto realizou em sua vida ou assim desejou a todo o momento. A mocidade do mulato de Todos os Santos⁶⁰ será aqui problematizada, focalizando o período em que frequentou a Escola Politécnica. Esse período não será trabalhado aqui como uma simples

⁶⁰ Bairro suburbano do Rio de Janeiro onde Lima Barreto morou na maior parte de sua vida.

etapa do desenvolvimento intelectual do futuro escritor de *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, mas de um momento na vida do jovem em que mobilizou suas forças para uma carreira que era reconhecida no período, a carreira de engenheiro.

FIGURA 3: Largo de São Francisco de Paula com a Escola Politécnica do Rio de Janeiro, ao fundo, em 1875.



FONTE: <https://goo.gl/2RWVFu>

Segundo Pierre Bourdieu, quando trata da narrativa biográfica, a construção da narrativa de uma vida coerente, que possui um começo, meio e fim que estabelecem um significado único, baseado em um projeto de partida do indivíduo ou de sua família, em que a sequência de acontecimentos tenha uma significação e direção definida, passa muito mais por uma “ilusão retórica, uma representação comum da existência que toda uma tradição literária não deixou e não deixa de reforçar⁶¹”.

Ilusão porque o real para Bourdieu é descontínuo, incessantemente imprevisto e até aleatório⁶². Além disso, fatores materiais, econômicos, sociais ou mesmo circunstanciais que

⁶¹ BOURDIEU, Pierre. Ilusão biográfica. In: **Usos e abusos da História oral**. Rio de Janeiro: FGV, pp. 185.

⁶² Idem.

alteram muitas vezes as escolhas dos indivíduos ou os caminhos pelo qual percorre. Não se trata de desconsiderar projetos de vida estabelecidos para si pelos indivíduos, mas de compreender que esses projetos muitas vezes encontram barreiras que fogem das ambições pessoais ou profissionais e que muitas vezes a narrativa biográfica não considera a imprevisibilidade, o acaso. No caso de Lima Barreto as análises sobre sua vida em grande medida caracterizam o escritor como um indivíduo que sofreu as consequências das tragédias que assolaram sua família, desde a escravidão de seus avós até a morte precoce da mãe e a loucura do pai. De alguma maneira essas tragédias são colocadas como condições na vida de Lima Barreto como se ele fosse alguém já fadado ao fracasso, a tragédia e a desesperança. Assim percebemos haver uma mesma ilusão retórica, porém na chave contrária a maioria das biografias edificantes, a biografia do indivíduo fadado ao fracasso.

A análise do principal biógrafo de Lima Barreto, Francisco de Assis Barbosa vai nessa linha, apresentando um enredo que desde o pai João Henriques, principalmente, existe uma mobilização para tentar conquistar certos objetivos, que são almejados e precariamente acessados, porém se perdem por tragédias que surgem na vida da família Barreto. Essa previsibilidade percorre também a trajetória do filho, Afonso Henriques. Quase uma ilusão do mulato de Todos os Santos em tentar carreiras que não estavam destinadas à pessoas de sua condição social e de cor.

Não é completamente verdade esse argumento. Primeiro, que era possível um indivíduo mulato e pobre, desde que alinhado com os canais de compadrio necessários, ter carreiras pela qual Lima Barreto se interessara. Temos exemplos históricos que mostram isso. Porém, essa possibilidade, tanto no Império quanto na República, era viável, desde que restritos a poucos casos. E na verdade, deslocando um pouco o foco da incapacidade do escritor de ser verdadeiramente reconhecido em meio às classes intelectuais da República devido uma estrutura social inelutável, o momento da trajetória de Barreto quando o mesmo passa a fazer parte da Escola Politécnica representa uma assimilação, ainda que precária e instável, ao meio social acadêmico e de elite do período. Não só é assimilado, como olha de dentro do local social da elite, a sua forma de vida, suas posições políticas e reprodução social da classe dirigente do país. Não são apenas estudantes de engenharia, mas sujeitos que se movem dentro dessa instituição através de certas relações sociais, ligados aos seus pais, ao objetivo social das faculdades nesse momento e a formação obtida por eles. Além disso, mostra uma visão bastante crítica a falta de intelecto desses estudantes e de arrogância própria da elite, onde reina mesmo a ignorância e o preconceito. Preconceito que vivencia dentro da

escola por ser mulato e pobre.

Ao final serão discutidos os impactos de uma parte da vivência de Lima Barreto em que se integrou a elite estudantil brasileira e que colaborou, de certa forma, para ampliar e constituir sua visão da sociedade brasileira presente em sua obra posterior, em romances, crônicas, contos e artigos de jornais, boa parte ficcionais, mas que representam com fidelidade uma sociedade brasileira real para o mulato que sempre se sentiu um marginalizado por essa mesma sociedade.

A questão que permite ir além dessa narrativa é justamente entender a biografia de alguém com todas as oscilações, indefinições e descontinuidades que ela possui, uma trajetória em que um projeto de vida pode estar presente, porém ele é suscetível às condições sociais e históricas de realização. Saindo um pouco de uma narrativa que estabelece um projeto de vida coerente e imutável, a própria literatura na vida de Lima Barreto foi um projeto que caminhou em paralelo com a tentativa inicial de inserção através da Politécnica. As aspirações literárias foram sendo pensadas ao longo da experiência da faculdade e do projeto do diploma superior. Essa própria projeção da trajetória de Barreto desmistifica um olhar talvez um pouco romântico e aristocrático da literatura, descrevendo a genialidade e a ilustração do escritor desde muito cedo, com argumentos do tipo “sempre gostou de literatura”, em que muitas vezes as condições materiais e históricas dos indivíduos não são um problema. Que um menino, sem grandes preocupações passa a refletir, fantasiar sobre o mundo e começar a praticar a literatura com todo amor, desde cedo, familiarizado com os clássicos. No fim, a Literatura como uma espécie de vocação⁶³. No Rio de Janeiro da virada do século XIX ao XX a literatura está integrada a um conjunto de bens culturais que ganham circulação em alguns meios sociais, como a imprensa e as artes. Para um indivíduo com a herança histórica de Lima Barreto, essas condições materiais não são apenas um problema, como sistematicamente são aspectos decisivos em suas escolhas. Escolhas muitas vezes bloqueadas, ligadas ao fato de que sua condição social apesar da formação educacional, é ainda instável, que a literatura e o diploma superior não são, por assim dizer, destinados a pessoas da sua condição social e de cor. Ele mesmo, posteriormente, acaba construindo uma narrativa em que vê a vocação da literatura em sua vida como um destino. Porém, o que se verifica é que antes da Literatura, traça um caminho buscando a formação superior e o

⁶³ Sobre a relação entre Literatura e as Ciências Sociais, Adriana Facina nos diz o seguinte: “Estamos lidando com um fenômeno marcado por certa aura de sacralidade, pois muitos desses autores são vistos como gênios e suas obras, como clássicos universais, produtos de seus talentos individuais (...) Nesse sentido, é necessário para aqueles que pesquisam literatura e literatos historicizar radicalmente seu objeto”. FACINA, Adriana. **Literatura e Sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

trabalho técnico como forma de consolidação de seu lugar nessa sociedade.

Lima Barreto desejou, num determinado momento ser escritor de ficção, porém o que se verifica é que esse processo ocorre posteriormente ou durante a experiência de um projeto anterior. Não se trata também de colocar a vida de um indivíduo em fases completamente separadas umas das outras, assim sendo que Barreto passa a esboçar as primeiras tentativas ficcionais ainda durante o curso de engenharia. Mas se trata de entender os ofícios muito mais como resultado de processos sociais do que de uma vocação. A Escola Politécnica e o diploma superior naquele momento eram as chaves que precisava para acessar as camadas superiores da sociedade. Mais, esse jovem mulato, seja por vontade própria, seja pela vontade do pai, ou pelos dois, desejava ser um engenheiro, ainda recebendo a ajuda de custo do padrinho Visconde de Ouro Preto, sendo nas palavras de Sérgio Miceli, uma profissão um tanto quanto distante do pólo literário daquele momento:

Deste modo, a presença do padrinho permite a Lima Barreto orientar-se num primeiro momento para uma carreira relativamente distante do pólo intelectual, a profissão de engenheiro. (...) A presença de Ouro Preto consegue assegurar apenas uma adesão precária às carreiras (masculinas) dominantes. Lima Barreto acaba por desistir do projeto paterno de convertê-lo em um “júnior da classe dominante”⁶⁴.

O sociólogo já nos dá a resposta de como será o futuro de Lima Barreto na Escola Politécnica e desse projeto. Porém, esse é o olhar retrospectivo, depois do ocorrido. No momento em que ingressou na escola do Largo de São Francisco de Paula, no centro do Rio de Janeiro, vislumbrava uma carreira de engenheiro de sucesso para, entre outras coisas, conquistar o reconhecimento social e também assegurar uma vida estável e tranquila a ele e sua família, consolidando assim o projeto de ascensão social. O ingresso do primogênito do casal Barreto numa instituição de ensino superior representava uma conquista social realizada, em grande medida, pelo esforço dos seus pais em apostarem na educação como uma porta de entrada para oportunidades de vida que o Estado brasileiro não oferecia a classe social do qual fazia parte durante o Império. A condição não mudou muito com a proclamação da República no Brasil e o fim da escravidão. Essa conquista foi muito comemorada pelo pai e certamente seria pela mãe, caso Amália tivesse sobrevivido para ver seu filho ingressar na Politécnica. O pai, como alguém que já sonhava em ser médico quando jovem e não tivera as condições, via no curso de engenharia uma oportunidade muito boa para seu filho Afonso Henriques alcançar

⁶⁴ MICELI, Sérgio. **Poder, sexo e letras na República Velha**. São Paulo: Perspectiva, 1977, p. 39.

o objetivo da formação superior. Seu filho sentia essa projeção e, de certa forma, pressão da família para que conseguisse o êxito escolar que lhe era esperado.

João Henriques, com as conquistas que obteve durante o Império, se viu em um momento de decadência quando da proclamação da República. Os políticos liberais ligados ao jornal *Tribuna Liberal* tiveram que se exilar, como foi o caso do Visconde de Ouro Preto, mas o novo regime trouxe consequências também para pessoas das classes médias do Império, simpáticos as causas da ala liberal derrotada em 1889, que não tinham notoriedade política, mas que serviam ou nos bastidores ou mesmo com um apoio a causa simplesmente. Muitos desses indivíduos foram demitidos de suas funções, sobretudo se fossem em órgãos públicos, porém não foi o caso de João Henriques. Orgulhoso, se demitiu antes mesmo de ser chamado para o anúncio⁶⁵. Passou a ser diretor de uma Colônia de Alienados, assim chamada na época, emprego conseguido também por Ouro Preto. Nesse momento, depois da morte de sua mãe e a decadência do pai após a queda da monarquia, a família de Lima Barreto enfrentou muitas dificuldades financeiras. Composta pelo viúvo João Henriques, seus quatro filhos Afonso, Evangelina, Carlindo e Eliézer, além da madrasta Prisciliana e seus filhos de outro casamento, e ainda um africano idoso, agregado da família, Manuel de Oliveira⁶⁶. Essa constituição familiar, principalmente com um agregado na família, apesar das dificuldades, pode ser considerada uma tentativa da família Barreto de exercer uma prática apenas possível para um grupo social com alguma condição. Cogitamos que Manuel exercia um papel de empregado doméstico da família, recebia um ordenado. Não é possível dizer de que modo essas relações se deram, qual era o real papel mesmo de Prisciliana e Manuel, além de como ambos conheceram os Barreto. Certo que nos parece claro a tentativa da família Barreto se integrar a uma classe social distinta da grande massa de ex-escravos que foram libertados há poucos anos. Essa distinção se daria entre outras coisas, pela presença de empregados, mas também de um dos filhos fazer parte da classe estudantil do Rio de Janeiro. Afonso Henriques apenas

⁶⁵ Barbosa relata a situação da demissão: “Com a demissão de Medeiros [Membro da Tribuna Liberal], a sorte de João Henriques estava lançada. Mas não esperou que o demitissem. Ele mesmo se despachou. Um dia, chegando ao trabalho à hora de costume, foi advertido por um colega deque o seu nome estava na “lista negra”. Acabava de vestir o paletó de alpaca e se dispunha a iniciar a tarefa cotidiana. Dando de ombros, perguntou: - Ora essa, por quê? – Você não é monarquista? Não foi ao bota-fora de Ouro Preto? Não foi? – Sim sou monarquista. Fui ao embarque de Ouro Preto. E que é que tem isso? – Tem que você vai ser demitido. O Rui Barbosa vai demití-lo, talvez hoje mesmo. João Henriques não vacilou. Tirando o paletó, respondeu ao colega intrigante: - Pois não terá esse gosto. Eu mesmo peço a minha demissão. E ali mesmo redigiu o requerimento ao novo ministro da Fazenda, desligando-se definitivamente da Imprensa Nacional, onde havia trabalhado doze anos a fio. BARBOSA, Op. Cit., Pp. 57.

⁶⁶ Podemos ter acesso a essa informação através de Assis Barbosa e do próprio Lima Barreto, que em seu diário, descreve o que seria o orçamento mensal da família e as despesas. M. de Oliveira aparece como parte das despesas, custando mensalmente 4 réis, apenas mais do que o café que custava 3 réis. BARRETO, Lima. Diário íntimo. Pp. 41.

uma vez cita a madrasta Prisciliana, em que estabelece, de uma maneira feroz, a diferença que considerava dele em relação a essa mulher, “A Prisciliana e filhos, aquilo de sempre. Sem a distinção da cultura nossa, sem o refinamento que já conhecíamos, veio em parte talvez prender o desenvolvimento superior dos meus. Só eu escapei!”⁶⁷.

Barreto avalia em 1904 a diferença cultural entre ele, indivíduo formado nas melhores escolas do Rio de Janeiro e os agregados de sua família e até entre ele e seus irmãos. Evangelina cuidava da casa e foi “enfermeira” do pai durante anos. Carlindo trabalhou como policial. Efetivamente apenas ele adquiriu uma formação sólida. Assim podemos ver que o processo de consolidação da ascensão social de sua família dependia de sua carreira de engenheiro. Havia, sobretudo, necessidades materiais e financeiras, decorrentes desse processo em que seus pais percorreram, porém com uma condição ainda de extrema instabilidade.

Talvez esse tenha sido um dos motivos que levou ao adoecimento de João Henriques, pois a questão instável de emprego e em relação a sua situação financeira sempre foi um problema para alguém que veio de um lugar social extremamente frágil. Lima Barreto, certamente, refletia sobre essas questões quando entrou na Escola Politécnica. Mas para além da necessidade, o jovem Lima Barreto tinha o desejo de uma carreira que era bastante reconhecida socialmente e que lhe chamava a atenção, chegando a vislumbrar que “parecia traçado de antemão seu destino: seria engenheiro. Queria construir pontes, máquinas, cais ou coisas semelhantes⁶⁸”.

A carreira de engenheiro passa a ser considerada como importante ainda durante o período em que o Brasil era uma colônia de Portugal, com a fundação da Academia Real Militar em 1810, que passou a se chamar durante meados de 1850, Escola Central e posteriormente com a nomeação de Escola Politécnica, em 1874⁶⁹. Para um indivíduo como Lima Barreto, mulato e com alguma assimilação as condições de compadrio e alianças próprias da elite imperial, alguns exemplos do século XIX estavam no seu horizonte. Indivíduos que através de canais bastante restritos conseguiram a ascensão social e um lugar de importância nas áreas de formação. Um desses canais era o mesmo pelo qual ele estava tendo a oportunidade de ingressar, ou seja, o diploma superior. Os exemplos apesar de não

⁶⁷ Idem.

⁶⁸ BARBOSA, Op. Cit., pp. 87.

⁶⁹ O ensino de engenharia no Brasil teve seu início em berço militar, se chamando até 1858 de Escola Militar. Em 1874 a escola de engenharia passou para o Largo de São Francisco se chamando de Escola Politécnica, nome que persiste até hoje, agora pertencendo a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Essas informações foram retiradas do site: http://www.poli.ufrj.br/politecnica_historia.php. Acessado em: 13/05/2016 às 17:30.

numerosos, são significativos. Nesse sentido a experiência do jovem Lima Barreto se aproxima de outros indivíduos negros ou mulatos que vislumbravam a educação formal como Cruz e Souza. Luiz Alberto Souza discorre sobre as inspirações do poeta catarinense:

Este homem, José do Patrocínio, filho de um vigário e uma preta mina, criado entre escravos, havia se educado, tornado-se farmacêutico, jornalista, orador e, naquele exato momento, combatia junto de Joaquim Nabuco (um autêntico filho da classe senhorial) contra o obscurantismo escravocrata. E essa não era uma visão isolada. Naqueles anos havia muitos outros exemplos possivelmente inspiradores para jovens como Cruz e Sousa. Existia ainda Machado de Assis, os irmãos Rebouças, Luiz Gama... Todos homens livres e “de cor”. Todos “redimidos” pela educação formal. Todos nascidos “pequenos”, mas elevados pelas “letras”⁷⁰

Assim como o poeta catarinense, Lima Barreto cita alguns intelectuais negros com grande admiração, talvez se identificando com eles pela origem social mais ou menos próxima e a questão da negritude. Ambos viram a abolição da escravidão, sendo que Cruz e Souza tinha 27 anos no momento do acontecimento e Barreto apenas sete. O carioca relata em suas memórias as comemorações nas ruas após a assinatura da Lei Áurea pela Princesa Isabel, na qual participou levado pelo seu pai e na escola, na tentativa que a professora teve de explicar o que significava aquele acontecimento. Nessa passagem ele cita também o nome de José do Patrocínio, importante líder do movimento abolicionista e “homem de cor” como Barreto.

Dias antes da data áurea meu pai chegou em casa e disse-me: a lei de abolição vai passar no dia de teus anos. E de fato passou; e nós fomos esperar a assinatura no Largo de Paço. Na minha lembrança desses acontecimentos, o edifício do antigo Paço, hoje repartição dos telégrafos, fica muito alto, um sky-scraper; e de lá de uma das janelas eu vejo um homem que acena para o povo. Não me recordo bem se ele falou e não sou capaz de afirmar se era mesmo o grande Patrocínio. Quando fui para o colégio, um colégio público, à Rua do Resende, a alegria entre a criançada era grande. Nós não sabíamos o alcance da lei, mas a alegria ambiente nos havia tomado. A professora, Dona Teresa Pimentel do Amaral, uma senhora muito inteligente, a quem muito deve o meu espírito, creio que nos explicou a significação da cousa; mas com aquele feitio mental de criança, só uma coisa me ficou: Livre! Livre!⁷¹

Angela Alonso define o movimento abolicionista como sendo construído

⁷⁰ SOUZA, Luiz Alberto. Op. Cit. pp.52.

⁷¹ BARRETO, Lima. **Feiras e Mafuás**, São Paulo: Brasiliense, 1956, pp. 255-256.

principalmente em três frentes. Uma delas no parlamento, tendo como principal representante Joaquim Nabuco, nos bastidores, ligados a organização de fugas coletivas de escravos, assembleias e atividades culturais, sendo André Rebouças o grande líder, e nas ruas, com passeatas e manifestações públicas organizadas principalmente por José do Patrocínio. Como vemos temos dois negros liderando o movimento, negros esses que fizeram parte de uma classe política e dirigente do Império. José do Patrocínio, um negro filho de uma liberta quitandeira e de um vigário da cidade de Campos, no interior do Rio de Janeiro, acabou tendo o acolhimento econômico e afetivo da família de seu pai. Muito revoltado, assim como fora Lima Barreto, “Zé do Patrocínio” foi enviado a capital do Rio depois de estapear uma das amantes de seu pai que humilhava sua mãe insistentemente⁷². Com uma boa oratória, uma educação segura e contatos do seu pai com amigos da capital, ingressou na Escola de Medicina. Nesse momento passa a fazer parte da rede da política e da imprensa no final do Segundo Reinado, não conseguindo, assim como certo mulato da primeira república, concluir o ensino superior. A situação de Patrocínio na escola de Medicina é bastante parecida a que ocorre com Barreto posteriormente. Sem saber disso ainda, a experiência do grande Patrocínio o motivou a obter o diploma superior e um lugar social almejado.

Outro exemplo, inclusive na sua área, era André Rebouças, negro, importante líder do movimento abolicionista e engenheiro formado na Escola Central, nome anterior da Escola Politécnica. Na época de Rebouças a engenharia incipiente no Brasil era ligada as instituições militares, tanto que após sua formação no curso, ele se torna tenente das Forças Armadas e passa a fazer parte do quadro de engenheiros militares da instituição. Do ponto de vista social, André havia conquistado seu lugar dentro de uma trajetória de ascensão que começa com seu pai, Antônio Pereira Rebouças, rábula e político do Império, e permitirá que André faça parte de uma elite política que entre outras coisas vai participar da Guerra do Paraguai e do movimento abolicionista de 1868 a 1888.

Dr. Rebouças transmitiu a André seu senso de oportunidade. Em 1859, matriculou-o, com o irmão, na Escola Central, carreira B do Império. O direito era a trilha A, da elite política. Experiente nas dificuldades da política imperial, encaminhou a prole para a engenharia, via para os negócios (...) André revelou-se usina de projetos e talento de lobista. Com o pai, fez a via-sacra por chefes do Partido Liberal, então no governo, e assim viabilizou experiência de diques múltiplos. O imperador assistiu e o condecorou. Estabeleceu-se por talentos complementares. Em tudo empregava a

⁷² ALONSO, Angela. **Flores, votos e balas**: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88). São Paulo: Companhia das Letras, 2016. pp. 114.

trigonometria, traçava planos e metas, homem sistemático, metuculoso. Cultivava relações, arroteava autoridades e, por modos macios, avançava pleitos, promoções, salários. Engenheiro Rebouças, o industrioso⁷³.

Quando mencionamos as possíveis influências que Lima Barreto teve nesse momento de sua vida, trazendo a tona duas importantes figuras anteriores ao escritor, ambos negros e com um reconhecimento social adquirido, está implícito o fato de que Lima Barreto tinha uma percepção das restrições ao longo do processo histórico pelo qual os negros passaram, sentindo na pele a reverberação desse processo, ainda sim almejando e entendendo como possível o acesso a algum canal de mobilidade social e reconhecimento.

Após a Proclamação da República em 1889, a formação técnica, inclusive a de engenharia, também ganha corpo na esfera política. Os prefeitos da cidade do Rio de Janeiro, após a proclamação do regime republicano, tem como formação, a maioria, o curso de direito, primeira porta para o acesso às elites do país nesse momento. Porém, durante a virada do século XIX ao XX, tem-se uma mudança em que uma boa parte dos governantes são engenheiros, em uma tentativa das classes políticas de pensarem um projeto voltado para uma atividade que necessitasse do conhecimento técnico, base de um tímido projeto de “modernização e higienismo”, dito na época, pelo qual passaram as cidades brasileiras nesse período. Talvez o caso mais emblemático desse processo tenha sido a nomeação para prefeito do Rio do engenheiro Francisco Pereira Passos em 1902, tendo como principal herança o projeto de reforma urbana da cidade, a partir dos moldes das reformas da cidade de Paris por Hausmann. Esse projeto de cidade posteriormente vai ser duramente criticado pelo escritor. Porém, a questão pontuada se refere ao lugar almejado por Barreto que ganhava prestígio, sendo uma carreira sedutora, ainda mais para um jovem mulato com aspirações de ascensão social.

2.2 As formas de assimilação

Quando ingressou na escola em 1897, as condições estavam favoráveis a Lima Barreto. Apesar da derrocada do grupo político liderado pelo padrinho Ouro Preto durante a campanha republicana de 1889, o Visconde continuava com totais condições de continuar

⁷³ Ibidem, pp. 24 – 25.

auxiliando financeiramente o afilhado. E assim o fez por algum tempo. Além da proteção do padrinho, tinha o respaldo da família e certa aceitação dos grupos sociais que frequentava desde o Liceu Popular Niteroiense. A imagem que Lima Barreto tinha de si mesmo era positiva até esse momento. Vindo de um colégio de qualidade no ensino secundário, realizando todos os preparatórios, se enxergava como um indivíduo dotado de competência para exercer suas funções de engenheiro e constituir uma carreira sólida na capital federal.

Lima Barreto aprendera o Á-bê-cê com sua mãe Amália. Posteriormente, por volta de 1888, em que relata a conversa com sua professora sobre os festejos da Abolição da escravidão, faz parte da escola pública de D. Teresa Pimentel do Amaral. Em suas memórias já aparece a escola como um ambiente importante para ele e descreve a boa relação que tinha com sua professora:

O menino ia adiantado. Era inteligentíssimo. O pai não escondia o contentamento e, ao fim do ano, recebia com emoção a notícia do prêmio escolar que a professora havia conferido ao pequeno estudante: um belo volume encadernado e com gravuras d'As grandes invenções, de Luís Figuiet, com uma transbordante dedicatória de D. Teresa Pimentel do Amaral: "Afonso, guarda esse livro como uma lembrança de quem se orgulha de ter desenvolvido um pouco tua grande inteligência, da qual muito espera nossa cara Pátria; lendo-o, procurarás imitar as virtudes e a força de vontade dos grandes vultos, que aí se apresentam, etc"⁷⁴.

Com a inteligência de Lima Barreto e a relação próxima entre João Henriques e Afonso Celso, que concorda em custear a educação do menino, o pai matricula seu filho no Liceu Popular Niteroiense, lugar frequentado pela gente rica, um dos melhores do seu tempo. Os Liceus são instituições criadas ainda no Império com o intuito de dar uma boa qualidade de ensino secundário para os jovens que teriam condições de pagar as mensalidades, o que foi possível a Afonso Henriques. O Liceu Popular era dirigido pela família do imigrante escocês Mr. William Henry Cunditt. Suas filhas eram professoras de Lima Barreto. Na escola, entre outras coisas, além das disciplinas básicas, frequentou aulas de música, de francês e latim. Depois começou a fazer os preparatórios e se matriculou no Colégio Paula Freitas onde realizou um curso anexo para preparar os jovens para a escola do Largo de São Francisco de Paula. Em todos esses momentos seu desempenho foi considerado bastante significativo, sendo um estudante com boa reputação entre os colegas. Conclui, em 1897, os preparatórios

⁷⁴ BARBOSA, Op. Cit., pp. 67.

no Ginásio Nacional⁷⁵ e os exames vestibulares para a Escola Politécnica. Passa em ambos e ingressa na escola ainda em 1897. Como se pode ver uma trajetória afinada com uma classe social de privilegiados e o próprio Lima Barreto tem a percepção, nesse momento, de que está indo pelo caminho certo, “um orgulho íntimo, pois caminhava para frente, ia de encontro aos próprios desejos e à vontade paterna de vê-lo na Escola Politécnica”⁷⁶. Barreto, através da voz do personagem Isaías Caminha em seu romance de estreia, vai descrever um pouco seu sentimento no período: “Quando acabei o curso do liceu, tinha uma boa reputação de estudante, quatro aprovações plenas, uma distinção e muitas sabatinas ótimas”⁷⁷.

Esse elemento também nos mostra que a condição social de Lima Barreto, se não era das melhores, principalmente depois dos episódios aqui descritos, também era bastante diferente das classes mais pobres e sem qualificação da população carioca. Barreto teve, em parte, as oportunidades que jovens mais ricos também tiveram, podendo ter acesso a um capital cultural que o permitiu, até aquele momento, seguir uma trajetória bem sucedida no meio escolar.

O processo cultural e de ideias que circulavam no país em sua época, por ter tido essas oportunidades, não passaram imunes à lente de Lima Barreto. Durante o Segundo Reinado, ressalta Angela Alonso, as bases de reflexão da política e das ideias no Brasil, foram basicamente relacionadas a uma relação direta entre uma experiência nacional e um repertório europeu. Em relação a essas balizas, que constituíram, segundo Alonso, em sua tradição está o aspecto da vivência de uma realidade brasileira, do ponto de vista político, social e cultural de mudança, e as respostas para a crise das instituições do país sendo buscadas em um conjunto de ideias vindas de autores europeus, sobretudo ingleses e franceses⁷⁸. A influência da Europa como marco da civilização e do progresso de uma nação se espalhou por todo Segundo Reinado e adentrou a Primeira República. Nesse sentido, a mudança de regime político e a queda das instituições que fundavam a nossa monarquia não alteraram esse panorama. No aspecto cultural, ao qual faz parte mais explicitamente Lima Barreto, a questão desse

⁷⁵ Ginásio Nacional foi o nome que após a República foi colocado no até então Colégio Pedro II.

⁷⁶ BARBOSA, Op. Cit., pp. 88.

⁷⁷ BARRETO, Lima. **Recordações do escrivão Isaías Caminha**. São Paulo: Brasiliense, 1978. pp. 47. Quando cito a fala de uma personagem de Lima Barreto como sendo o pensamento do próprio autor, estou consciente que a ficção tem sua autonomia e não necessariamente diz respeito sobre um elemento biográfico da trajetória do escritor. No entanto, uma parte da crítica literária que analisa o primeiro romance de Barreto considerada esse um roman à clef, ou seja, um romance que tem fortes elementos biográficos do autor na obra. Esse pode ser um deles, corroborando a ideia de que até o início da faculdade Lima Barreto era reconhecidamente um estudante de destaque.

⁷⁸ ALONSO, Angela. Op. Cit., 2012. Ver também: VENTURA, Roberto. **Estilo Tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

repertório cultural europeu também está no centro das discussões.

Filósofos, romancistas, historiadores europeus também constituíram a base de formação de Lima Barreto, que começou a ter contato quando entrou na Escola Politécnica e principalmente no meio acadêmico da cidade do Rio. Esse elemento é importante para entender esse meio na virada do século XIX ao XX e para compreender a experiência de Lima Barreto como estudante. As faculdades do Rio de Janeiro eram separadas, não havia ainda as instituições nos moldes das Universidades, porém os estudantes da Escola de Medicina, Escola Politécnica, Escola de Direito e Academia de Belas Artes se encontravam constantemente para debater sobre temas e teorias em voga na época. Essa experiência foi importante para o jovem Lima Barreto, integrado ao meio acadêmico, formar uma base de autores que serão importantes sobre sua percepção da sociedade e acontecimentos daquele contexto.

Nesse sentido, talvez uma experiência que tenha tido reverberação entre os estudantes com grande intensidade foi à disseminação do pensamento do filósofo francês Augusto Comte, em torno do positivismo. A perspectiva positivista, assim como outras, quando chega ao Brasil, ganha uma atenção enorme dos estudantes e intelectuais, inclusive com instituições que fomentam as discussões do período, como o Apostolado Positivista, fundado em 1897, na Rua Benjamim Constant. Lima Barreto, logo após entrar na Escola Politécnica, passa a frequentar com amigos, a igreja positivista. Antes mesmo de entrar na Politécnica já nutria interesse pelo positivismo. Diz seu colega do colégio Paula Freitas, José Oiticica, “que um grupo de estudantes cursava os últimos anos do Paula Freitas, uns externos, outros internos. Havia entre estes um positivista, Carlos Costa, e outro que discutia o positivismo do colega, Lima Barreto”⁷⁹.

A relação de Lima Barreto com o positivismo, em geral, foi bastante crítica ao modo como se refletia sobre a teoria desenvolvida por Comte entre os jovens no Apostolado principalmente. É uma época da vida de Barreto em que leu muito, passava horas na Biblioteca Nacional lendo Comte, Spencer, entre outros. Mais tarde em sua vida, em uma análise mais distanciada, faz uma série de críticas as consequências políticas que as ideias positivistas tiveram no Brasil, porém admite que trouxera vantagens a cultura.

A república chegou austera e ríspida. Ela vinha armada com a Política Positiva, de Comte, e com os seus complementos: um sabre e uma carabina.

⁷⁹ BARBOSA, Op. Cit. pp. 88.

Esta, ela deixou no descanso; mas o espadagão, o sabre, ela pôs no seu escudo. Quem quiser que o veja; eu – posso-lhe garantir – que já estou cansado de vê-lo nos tímpanos dos portões dos edifícios públicos, ou, então, funcionando aqui, ali ou acolá, por estes Brasis em fora. Quando opera assim, a carabina o segue. Não se pode dizer muito mal do positivismo. Ele trouxe vantagens à nossa cultura e às nossas instituições políticas. Quanto à cultura, o comtismo republicano, com todos os seus exageros dogmáticos, mostrou bem que toda aquela que não se baseava no estudo da ciência, tendo por princípio a matemática, era inane e não valia nada⁸⁰.

Não pretendo aqui fazer uma análise interna da posição teórica e política dos positivistas durante a Primeira República, nem a forma como viam a sociedade e as respostas que propunham. A ideia é compreender como nesse momento da vida de Lima Barreto ele esteve integrado à classe intelectual e estudantil da cidade do Rio de Janeiro, através de um dos elos com o Apostolado Positivista. Barreto em um artigo que publicou no jornal *Gazeta de Notícias*, em 1920, lembra-se da sua febre juvenil de positivista: “aí pelos quinze anos e mesmo antes (...) não tinha a mínima preocupação literária: havia até abandonado o meu Júlio Verne e todo eu era seduzido para o positivismo e cousas correlatas”⁸¹.

Frequentar o Apostolado Positivista e ter extensas conversas sobre as teorias de Comte com colegas estava ligado a um ambiente estudantil em que Barreto estava integrado e empolgado. Nesse momento passa a dividir moradia em pensões estudantis com colegas da faculdade e frequentar bares e cafés na região central do Rio de Janeiro, próximo a Escola Politécnica, depois das aulas, em um ambiente de sociabilidade e boemia.

Essas relações que Barreto envolveu-se ocorreram fora do ambiente da Escola Politécnica, em meio às aulas e as atividades relacionadas ao curso. O meio estudantil se encontrava e vivia culturalmente aquele momento de efervescência do Rio e Janeiro do início dos novecentos. Foi um momento da vida cultural de Lima Barreto extremamente vivaz. Entre outras coisas, viu pela primeira vez, ainda em 1897, o Cinematógrafo de Édison e ia frequentemente a óperas e teatros. Lima Barreto descreveu diversas vezes os momentos em que passava pela Rua do Ouvidor, “entontecido pelo espetáculo mundano”. Era um momento da maior cidade brasileira daquele contexto em completa transformação, aceleração do tempo, novidades vindas do mundo todo e mudanças em ritmo alucinante. A política e a vida cotidiana; as ideias e práticas sociais; a vida dentro das casas e o que se via nas ruas⁸². Apesar

⁸⁰ BARRETO, Lima. **Impressões de leitura**: crítica. São Paulo: Brasiliense, 1961, pp. 22.

⁸¹ Ibidem, pp. 97

⁸² NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o XX. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano**: o tempo do liberalismo

de Barbosa dizer que Lima Barreto frequentava basicamente a Politécnica e a Biblioteca Nacional, onde realizava suas leituras, ele viveu de maneira intensa esse ambiente urbano carioca que estava a pleno vapor. Vivenciava esse meio cultural com alguns colegas que estudavam com ele e que de alguma forma compartilhavam de suas visões sobre a sociedade. Os estudantes da Escola Politécnica formavam um núcleo social obviamente heterogêneo. Havia alguns grupos e Barreto se relacionava com amigos como Bastos Tigre e Manuel Ribeiro de Almeida, que por sua vez contribuirão com as iniciativas criativas do escritor posteriormente. Alguns deles vão continuar seus amigos depois da Escola Politécnica, como Ribeiro de Almeida, que ajuda a fundar a *Revista Floreal*, em 1907, primeira produção cultural de Barreto a ser publicada na cidade do Rio de Janeiro.

Além desse elemento de sociabilidade dos estudantes em locais institucionais ou recreativos, havia ainda uma organização interna, voltada para a questão política, de que os estudantes da capital se preocupavam. Membros de todas as escolas de ensino superior fundaram a Federação dos Estudantes, em 1901. E Lima Barreto, envolvido com as atividades da escola, passa a fazer parte da federação. A entidade foi fundada pelo estudante Everardo Backhauser, colega de Barreto na Politécnica. Logo a ideia se espalhou para as outras escolas, de Medicina, Direito, Ciências Jurídicas e Sociais, Belas-Artes.

Lima Barreto, sempre muito tímido e reservado, a princípio apenas participa da federação, conversando sobre política, literatura e o ensino superior com colegas próximos, porém vemos que já no ano seguinte ele passa a ter alguma notoriedade dentro da federação, sendo o substituto na diretoria da entidade ao passo que o presidente se encontrava em licença. “O Sr. Afonso de Lima Barreto foi, pelo presidente, designado para substituir interinamente no directorio o sr. Alvim Filho [Cesário Alvim], que parte hoje para Minas Gerais em gozo de licença”⁸³.

Nesse momento, como nos conta Francisco Barbosa, Lima Barreto faz parte da diretoria da federação, na chapa encabeçada por Barreto Dantas, estudante de Direito. O mulato fez parte, provavelmente, da Federação dos estudantes, até o final do ano de 1903, tendo saído por questões ideológicas, relacionado a um manifesto publicado pela federação, no qual se posiciona a favor do serviço militar obrigatório. Lima Barreto era frontalmente contrário à posição.

excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, pp, 15.

⁸³ Jornal Correio da Manhã – 28 de dezembro de 1902. Disponível em: <http://goo.gl/DD03kI> Acesso em: 02/03/2016.

A federação não apenas para o escritor, mas para os estudantes do período era um espaço institucional pelo qual os estudantes tinham voz. Enviavam, via jornais, manifestos sobre questões que ocorriam no Brasil e eventos internacionais, depois de longas assembleias, discutindo sobre os assuntos em pauta e participavam de conferências sobre acontecimentos daquele período, como esse:

Paraguai – Brasil - Realizou-se, ontem, às 8 horas da noite, a sessão solene da Federação dos Estudantes Brasileiros, em homenagem a seus colegas paraguaios e ao sr. dr. Ricardo Brugada, ex-cônsul do Paraguai no Rio de Janeiro. A festa esteve brilhantíssima e grandemente concorrida. A sessão foi presidida pelo acadêmico Manuel Ribeiro de Almeida, que convidou para fazer parte da mesa os representantes do srs. ministros da guerra e da justiça, e da Escola Militar do Brasil (...) *A Lanterna* publicou um nítido boletim em papel assetinado, contendo o retrato do Dr. Ricardo Brugada, que foi distribuído entre as pessoas presentes. Vimos as seguintes pessoas (...) [um deles] Affonso Henriques de Lima Barreto⁸⁴.

Além dessa experiência de mobilização estudantil e política dentro do meio acadêmico da Primeira República, Lima Barreto teve através da federação um veículo próprio de comunicação com o meio estudantil e a sociedade em geral, como também a primeira experiência de escrita, basicamente artigos. A federação dos estudantes, na figura do acadêmico Pompeu de Castro e Albuquerque funda um jornal da organização chamado *A Lanterna*. Como podemos ver Lima Barreto ainda não vislumbrava a escrita de ficção, apenas passa a escrever artigos em que discute temas relevantes daquele contexto, nacional ou internacional, ou ainda sobre as próprias faculdades, professores e alunos. Cada escola tinha um estudante responsável pelos textos, sendo o amigo de Barreto, Bastos Tigre, o primeiro responsável pela Escola Politécnica, na qual passa em seguida para o amigo. Essas experiências anotadas nos mostram como nesse contexto Lima Barreto tentou estabelecer um enquadramento às formas e comportamentos da classe estudantil carioca.

- Sou eu o Lima Barreto, colega do Tigre. Aqui tem a seção da Politécnica (...). Tomou o diretor *d'A Lanterna* as duas tiras de almoço e começou a ler o trabalho do novo colaborador. Era um comentário sobre a recepção dada pela Politécnica aos marinheiros chilenos. Bem-feito! Com piadas em cima dos professores, do Sampaio Correia, do Castro Barbosa, do Magalhães, do Luís Caetano! Dos estudantes, nem o próprio Tigre escapava... Ótimo! O rapaz assinava-se Alfa-Z. – Coisas de aluno da Politécnica⁸⁵!

⁸⁴ *Jornal do Brasil* – 21 de agosto de 1903. Disponível em: <http://goo.gl/Zzd7YC> Acesso em: 02/03/2016.

⁸⁵ BARBOSA, Op. Cit. pp.106 -107.

Até aqui foi discutido as diversas formas de assimilação, referindo ao fato de que o jovem estudante, ao perceber sua condição social e de cor em um ambiente majoritariamente de jovens ricos e brancos, teve a necessidade de compartilhar de diferentes práticas dos estudantes em seu tempo, tanto do ponto de vista interno às instituições, com a ênfase nas discussões políticas e do ensino, tendo inclusive participação no jornal dos estudantes, mas também externamente a escola, participando de uma vida intelectual, mas também da sociabilidade entre os membros dessa camada social que se forma no interior da República. Por fim, estabelece uma formação em que vivencia autores e teorias em voga no momento, sendo essa formação fundamental posteriormente em seus trabalhos e sua visão de mundo nele contidos. Tudo isso esteve no seu horizonte a partir de uma condição social histórica possível a Barreto, que era a carreira de engenheiro.

Luiz Alberto Souza, quando analisa a fortuna crítica sobre a trajetória de Cruz e Souza, percebe em algumas análises, a ênfase na ideia de que o poeta foi um ‘negro de alma branca’, ou seja, que apesar de sua negritude, se adequou, conscientemente, as formas e códigos sociais da elite branca. Para o historiador, essa ideia carrega um anacronismo que se refere ao fato do poeta como negro e vivendo no século XIX, ter uma identidade mais ou menos definida, estando conscientemente abrindo mão dessa identidade por um lugar entre os brancos. Essa constituição identitária, carregada de uma história e um lugar social comum, reivindicada na luta política, foi produzida no século XX, em meio às mobilizações pelos direitos civis dos negros nos EUA e a luta anticolonial na África e Caribe. Isso não quer dizer que o poeta não tivesse clareza, naquele contexto, de uma injustiça social e um racismo evidentes. Essa questão também diz respeito a Lima Barreto. Alguns críticos chegam a afirmar que Barreto teve uma perspectiva, bem mais tarde, de construir uma literatura negra, por assim dizer. Certo é que nesse momento a atitude dele passava por essa assimilação pelo qual também passou João da Cruz e Souza, ou seja, por uma vivência cultural e comportamental própria dos brancos, ligado ao fato que a carreira desejada era própria de indivíduos com essas características biológicas e sociais de nascimento, o que não excluía obviamente um olhar extremamente crítico a esse espaço e de sensibilidade ao seu lugar de *outsider*.

Apenas brancos poderiam frequentar as faculdades, e não havia nenhuma lei racista a tal ponto, mas sim de uma formação social do país, saída de mais de três séculos de escravidão negra. Nesse momento, o mulato de Todos os Santos tinha tomado o

posicionamento de fazer parte desse mundo, ainda que hostil a ele, porém importante para sua seguridade social de sua família e prestígio pessoal.

2.3 As críticas à Escola de Java e o ensino da Bruzundanga

As formas de assimilação tentadas por Afonso Henriques não escondem, como já dissemos, as tensões que o jovem estudante passou a vivenciar e observar durante sua passagem pela Politécnica. Tensões e desilusões essas que vão culminar com a desistência do curso de engenharia no ano de 1903.

Em um artigo publicado posteriormente a esse contexto, em 1919, intitulado ‘Sobre o Maximalismo’⁸⁶, Lima Barreto descrevendo sua relação com o jornalista e escritor Azevedo Amaral, que conheceu no círculo dos estudantes das escolas superiores, afirma o seguinte: “quando sua senhoria andava pela escola de Medicina, sabe bem o doutor Amaral que eu veraneava pela escola Politécnica; e se não me formei, honesta ou desonestamente, foi porque não quis”⁸⁷. Partindo dessa afirmativa podemos problematizar o processo que levou a desistência do curso de engenharia da Politécnica pelo mulato. Podemos perceber motivações de ordem individual, relacionado a seus gostos e preferências, mas também de ordem social, ligados ao preconceito de classe e ao racismo, assim como as contingências de uma origem social vulnerável. Essa afirmativa nos dá uma ideia de um indivíduo, que tirando algum orgulho ferido que não quisesse admitir o fracasso pelo qual considerava essa etapa de sua vida, tomou uma decisão com certa clareza e responsabilidade, mesmo sabendo que faltava pouco tempo para a conclusão do curso formal.

Levando em conta algumas interpretações sobre esse momento triste e de transição da vida do escritor, que enfatizam sua dificuldade em uma cadeira específica pela qual não foi aprovado em quatro oportunidades que realizou, a de Mecânica Racional, ministrada pelo professor Licínio Atanásio Cardoso no ano de 1900 em diante.

Em 1902, já irritado o suficiente com o professor implacável, escreve um artigo para o jornal *A Lanterna*, da Federação dos estudantes, onde é sarcástico e feroz com o professor:

⁸⁶ BARRETO, Lima. **Bagatelas**. São Paulo: Brasiliense, 1956, pp. 157.

⁸⁷ *Ibidem*, pp. 161.

Licinius (“hoc opus, hic labor est” [este trabalho, aqui está]), o Atanasius, não é verdadeiramente uma múmia do Nilo, mas no entanto disso se aproxima parecendo um fossilizado corpo de inca ou araucânio que tivesse sido desenterrado das suas terras do deserto de Atacama⁸⁸.

Além da dificuldade com a disciplina de Mecânica, muito da interpretação dos primeiros autores que estudaram Lima Barreto, como Francisco de Assis Barbosa até autores recentes como Lilia Schwarcz e Heloisa Starling, interpretam esse momento da vida barretiana como mais um exemplo do seu bovarismo. Esse conceito foi formulado por um filósofo francês chamado Jules Gaultier, que através da interpretação da personagem Emma Bovary, de Flaubert, vai construir certo tipo psicológico, resultado de um processo social e histórico. Lilia Schwarcz assim define o conceito:

O termo define justamente essa alteração do sentido da realidade, quando uma pessoa se considera outra, que não é. O estado psicológico geraria uma insatisfação crônica, produzida pelo contraste entre ilusões e aspirações, e, sobretudo, pela contínua desproporção diante da realidade (...) “Bovarismo” serve, ainda, para nomear um mecanismo muito singular de evasão coletiva, que nos permite recusar o país real e imaginar um Brasil diferente do que é – já que esse não nos satisfaz e, pior, nos sentimos impotentes para modificá-lo⁸⁹.

Sérgio Buarque de Holanda, já em 1936, vai dizer que o conceito se refere a “um invencível desencanto em face das nossas condições reais”⁹⁰. O historiador Joachin Melo de Azevedo Neto também segue essa linha de interpretação da trajetória de Lima Barreto, dizendo que o bovarismo “não se tratava apenas de mera enfermidade do caráter. Dito de outro modo, portadores de bovarismo podem vir a se valer das ilusões que criam em torno de si para finalidades edificantes ou progressistas”⁹¹.

Quando citam esse conceito como elemento de compreensão do impasse em que Lima Barreto se viu durante a Escola Politécnica, estão pensando um pouco a própria trajetória do jovem estudante narrada até aqui. Ou seja, um bom aluno, menino prodígio em todas as escolas por onde passou, admirado por colegas e professores, cria em sua mente uma

⁸⁸ Jornal *A Lanterna*, Rio de Janeiro, 20-12-1902. apud BARBOSA, Op. Cit. pp.108.

⁸⁹ SCHWARCZ, Lilia; STARLING, Heloisa. **Brasil: uma biografia**. Pp. 16.

⁹⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

⁹¹ AZEVEDO NETO, Joachin. **Vida Literária e desencantos: uma história da formação intelectual de Lima Barreto (1881-1922)**. 2015. 341. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências humanas, UFSC, Florianópolis, 2015, pp. 231.

visão bastante positiva e animadora para o futuro. Porém, sem se dar conta, encontra barreiras sociais intransponíveis naquele contexto, que barram seu projeto de partida, chegando a impedir, de certa forma, a efetivação das garantias sociais obtidas com um título acadêmico.

Certamente esse conceito filosófico construído no século XIX tem relação a certo “estado de espírito” pelo qual compartilha o escritor carioca, ligado a um desencanto com a modernidade. Porém o foco será outro, como explicação desse processo de reorientação da vida de Lima Barreto, relacionado ao seu contexto biográfico, social e histórico que, particularmente, contribuíram para o seu desencanto com a carreira através da Politécnica. A análise irá para além de certo conceito filosófico sobre a psique de indivíduos *outsiders*, os elementos históricos e sociais que barram esse processo. Nesse sentido a interpretação dialoga com o historiador Denilson Botelho, que enfatiza o bovarismo como efeito do processo de lutas de classes no interior da primeira República. Botelho coloca a questão de que o bovarismo, como um efeito psicológico, como conceito, não ajuda a compreender o real processo pelo qual passou Lima Barreto. Porém enfatiza que o “bovarismo nada mais é do que a busca desesperada pela distinção social, que é, sobretudo, uma distinção de classe”⁹². Podemos considerar que Lima Barreto tenha buscado, em sua trajetória, conquistar alguma distinção social nesse processo de formação, porém essa visão ainda parte de uma perspectiva de como o indivíduo concebe sua própria trajetória, parte das intenções do indivíduo. Mas a questão que esse trabalho discute é como essa intenção, seja de distinção social ou de receber o diploma superior não se concretiza, não por uma patologia ou uma busca de distinção do indivíduo, mas por aquilo que o indivíduo não pode controlar e pelo qual faz parte, uma estrutura social definida historicamente e organizada de tal modo, que cria imensas barreiras para seu processo de concretização pessoal.

Uma dessas barreiras estava relacionada às reprovações seguidas, que na visão de Lima Barreto, tinha um aspecto de injustiça social, partindo da lente de nosso autor sobre a formação social dessas escolas durante a Primeira República. Ele, muito estudioso, frequentador assíduo da biblioteca, não conseguia ser aprovado nas tais disciplinas. E outros rapazes, bem nascidos,

⁹² BOTELHO, Denilson. **Numa e a Ninfa**: o Brasil republicano no romance de Lima Barreto. In: XXVIII Simpósio Nacional de História, 2015, Florianópolis - SC. Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História. São Paulo: ANPUH, 2015. Denilson Botelho é um dos especialistas na obra de Lima Barreto. Sua tese de doutorado teve como objeto de análise a passagem do escritor pelos jornais marginais do Rio de Janeiro, dando ênfase em sua posição política, ligada ao maximalismo. A questão da problematização do bovarismo como chave interpretativa é um tema novo de pesquisa do historiador e por esse motivo a citação a um artigo de evento.

não tinham preocupações de ordem material, não precisavam economizar, vestiam-se os melhores alfaiates, podiam comprar os livros que quisessem. E, mesmo que não levassem os estudos muito a sério, isso não teria maior importância. Contavam com as relações de família, os empenhos, os “pistolões”, que lhes abriam todas as portas, como num passe de mágica⁹³.

Ressalta-se aí, primeiro, que no fundo, não bastava estar dentro da escola, integrado de certa forma, se não participava dessa teia de relações própria da elite, ligado a favores e relações de compadrio, entre famílias. Lima Barreto teve o acesso à escola através do dinheiro de Ouro Preto, mas as relações entre padrinho e apadrinhado paravam por aí. Dentro da escola Lima Barreto continuava sendo um elemento estranho à dinâmica social da instituição e percebia esses aspectos, que lhe causavam essa sensação de injustiça. Assis Barbosa segue mostrando como esse elemento mais claro do funcionamento das relações entre a elite ficou a vista de Barreto na Escola Politécnica, incluindo ainda o aspecto racial:

Foi na Escola Politécnica, não há negar, que a coisa se revelou. Há quem diga que na Escola do Largo de São Francisco de Paula nunca existiu preconceito de raça, invocando, como argumento, a tradição de um mestre negro ilustre, o grande André Rebouças, cuja memória já era venerada nos tempos em que o romancista por lá andou. Ademais, filho do porteiro Cirilo, preto da cor da noite, cursava as aulas, sem nenhum constrangimento, e chegou mesmo a fazer-se “doutor”, como os seus colegas brancos e ricos. Mas esses depoimentos são de brancos, de gente que pouco ou nada sabe das estranhas reações de um homem de cor em contato com eles⁹⁴.

Vivíamos o tempo em que a escravidão recém tinha acabado, onde as relações sociais ainda tinham muito do elemento de inferiorização do indivíduo negro e do racismo presente no sistema escravista. Também tempo de ideias que corroboravam essa visão de mundo, baseado no racismo científico e na concepção da degenerescência da raça mestiça. O indivíduo negro, naquele momento era visto como uma ameaça à formação social brasileira e um paulatino processo de embranquecimento era visto com bons olhos pela elite intelectual brasileira. Era incomum encontrar negros ou mulatos nas escolas superiores. As provocações ao seu tom de pele azeitonado aconteceram algumas vezes e Lima Barreto, por diversas vezes, se queixará do racismo perpetrado pelos estudantes da escola Politécnica, mas não apenas

⁹³ BARBOSA, Op. Cit., pp. 111.

⁹⁴ Ibidem, pp. 112. O biógrafo cita o depoimento de Nicolao Ciancio, que foi colega de quarto de Lima Barreto: “Na Escola do Largo de São Francisco, no meu tempo, não havia preconceito de cor”. BARBOSA, Ibidem, pp. 120.

estudantes, também um racismo sistêmico presente na sociedade, ligado às instituições inclusive. Uma situação exemplar aconteceu após uma ‘estudantada’, em que o grupo de amigos de Lima Barreto da Politécnica vai ao Teatro Lírico, sem ingressos, decidindo pular o muro dos fundos do Teatro para assistir à peça de “carona”. Lima Barreto não pula o muro e volta para casa sozinho. Quando Nicolao Ciancio, que participara da travessura, chega no quarto em que ambos dormiam, vê Lima Barreto lendo e pergunta:

- Por que você não veio?
- Para não ser preso como ladrão de galinhas!
- ?!
- Sim, preto que salta muros de noite só pode ser ladrão de galinhas!
- E nós, não saltamos?
- Ah! Vocês, brancos, eram ‘rapazes da Politécnica’. Eram ‘acadêmicos’. Fizeram uma ‘estudantada’... Mas eu? Pobre de mim. Um pretinho. Era seguro pela polícia. Seria o único a ser preso⁹⁵.

Outra questão importante diz respeito à condição social vulnerável da família Barreto que acaba definitivamente se complicando. Em 1902 o padrinho de Afonso, Ouro Preto, deixa de pagar as mensalidades da escola Politécnica. Ouro Preto e João Henriques se distanciaram naturalmente, depois da perda do poder pelo Visconde, com o fim da monarquia. João Henriques, demitido da tipografia da *Tribuna Liberal* e da *Imprensa Nacional*, agora não dedicava mais o apoio irrestrito ao Visconde, apesar de sua eterna gratidão. Barreto trata apenas uma vez do padrinho em suas memórias, quando ele desiste de apadrinhar o jovem, dizendo o seguinte: “E os dez mil-réis do tal visconde! Idiota. Os protetores são os piores tiranos”⁹⁶.

Com isso Barreto perde a válvula de acesso social, que reverbera ainda por pouco tempo, quando seus estudos passam a ser custeados pelo seu querido pai, que ainda trabalhava na Colônia de Alienados, cargo conseguido pelo Visconde. Porém, logo em seguida Lima Barreto passa uma época que se tornou bastante triste para o jovem, pois vê seu pai ter problemas psicológicos e se aposentar em 1903. Assim, o apadrinhamento acaba e, além disso, o salário maior da família, do pai João Henriques, diminui significativamente com a aposentadoria que recebe depois de ficar afastado. A situação do seu pai vai calar fundo na alma do jovem. O pai de Barreto teve um diagnóstico de “insanidade mental” na época, ligado

⁹⁵ Ibidem, pp. 114.

⁹⁶ BARRETO, Op. Cit., 1961, pp. 34.

a ideia de que a loucura estava relacionada ao estigma da degenerescência de raças mestiças, o que causava uma extrema tristeza e indignação do mulato. Ou seja, passava por situações familiares e econômicas bastante complicadas e trágicas, que afetaram definitivamente suas aspirações de obter o tão anteriormente desejado diploma superior. Agora precisava sustentar sua numerosa família e buscou meios para isso, conseguindo no ano de 1904 ser aprovado no concurso para amanuense da secretaria da Guerra, cargo que ocupou até 1918.

O período que corresponde aos anos de 1900 a 1905 para o jovem Lima Barreto, além de ser o momento de ruptura com a experiência estudantil desses anos, também se verifica, concomitantemente, o período em que Afonso Henriques começa a sua atividade literária. Lima Barreto sempre teve como característica geral de sua obra, por motivos materiais muitas vezes ou por sua severa crítica a seu próprio trabalho, uma obra não linear, fragmentária e oscilante. Isso se verifica principalmente durante sua juventude, quando estava tendo contato pela primeira vez com a produção literária. Nesse momento tentará suas primeiras e ligeiras incursões pelos caminhos da ficção. Isso não quer dizer que Lima Barreto não observava a sociedade brasileira em que vivia e que planejava seus escritos ficcionais durante a escola Politécnica ainda. É essa aproximação entre a experiência estudantil e literária que é o que interessa aqui. Segundo alguns críticos da obra e da biografia do mulato carioca, o desencanto com o curso de engenharia estava diretamente relacionado com sua maior aproximação pela Literatura.

Robert Oakley argumenta que durante os anos de 1900 a 1905 foram cruciais para a definitiva decisão do jovem de ser um escritor, período que vai do esboço dos primeiros textos a conclusão do seu romance de estreia, *Recordações do escrivão Isaías Caminha*, publicado quatro anos depois (1909), por uma editora portuguesa. Lima Barreto, entre suas observações, tinham algumas temáticas que lhe interessavam para um primeiro romance⁹⁷. Podemos perceber suas tentativas em seu Diário, quando em 2 de julho de 1900, faz um esboço de um primeiro capítulo tendo como cenário a Escola Politécnica. Posteriormente, em 1903, esboçará um romance que chamará como *Marco Aurélio e seus irmãos*, na percepção de Oakley, um esboço de Isaías Caminha. Em 1904 começa a escrever o romance *Clara dos Anjos*, que não terminará nesses anos, sendo publicado apenas uma versão um pouco diferente e enxuta depois de sua morte, em 1923. Vendo o enredo de '*Marco Aurélio e seus irmãos*' e '*Isaías Caminha*', comparando com *Clara dos Anjos*, vemos duas temáticas que estavam na mente do nosso autor. A história de *Clara dos Anjos* tem uma temática ligada mais à vida

⁹⁷OAKLEY, Robert. **Lima Barreto e o destino da literatura**. São Paulo: Editora Unesp, 2011, pp. 26.

privada e doméstica, de um jovem rico e branco que vai se aproveitar de sua condição favorável para iludir uma pobre mulata suburbana pela via do amor que rompe barreiras sociais. Ainda sim podemos verificar que diferentemente do romance publicado em 1923, o enfoque da primeira versão não concluída do romance dá ênfase à origem social da família de Clara dos Anjos, e suas relações de apadrinhamento com o benfeitor Carlos Alves da Silva. Relações essas que diziam respeito à experiência de Barreto como alguém que fez parte dessas relações para conquistar seu espaço.

Lima Barreto tem nessas histórias elementos próprios de sua biografia, mas também pensa em um sentido mais amplo, relacionando a questões fundamentais de seu tempo, como a vulnerabilidade social dessa classe popular negra que apenas ascende no interior da estrutura social através das relações pessoais e de compadrio, mas que são sistematicamente dificultadas ou mesmo barradas por essa mesma estrutura. Porém, a questão colocada por Oakley nos parece importante nesse contexto de formulação de suas primeiras tentativas literárias, em meio a alguns textos que começaram a ser escritos, Lima Barreto ter escolhido a trajetória do também mulato interiorano Isaías Caminha como primeiro romance a ser finalizado em 1905 e publicado em 1909.

A crítica, em geral, que se debruça sobre a obra de Lima Barreto entra em consenso quando argumenta sobre a proximidade entre a produção literária do escritor e sua biografia. É claro que, de certa forma, toda obra literária tem alguma coisa do seu autor, algo de sua biografia. Mesmo com uma proximidade maior entre literatura e biografia, a obra de Lima Barreto não deixa de ir além, construindo a sua ficção com complexidade, criatividade e crítica social. Uma questão, analisando o romance Isaías Caminha, é tentar traçar os temas que são relevantes a Barreto nesse momento, e a educação é fundamental na obra. Isaías Caminha é um mulato do interior do Espírito Santo que quer ser um médico na capital da República. Ele consegue, através de seu tio que trabalha como carteiro na vila rural, uma recomendação escrita por um coronel importante da região e amigo do tio, para um deputado que mora no Rio de Janeiro. Isaías tem esse sonho e uma percepção de que está indo no caminho certo. Porém, quando chega à cidade, apenas encontra um deputado completamente desinteressado por sua situação e uma sociedade fechada para seus anseios de ascensão social. Consegue, depois de muitas tentativas fracassadas e uma desilusão já latente, um emprego de contínuo na redação do jornal fictício *O Globo*.

Quando refletimos sobre os significados de produções literárias a partir de uma perspectiva histórica, é colocada uma questão fundamental que é a própria relação entre a

literatura e a história. A partir de uma perspectiva de análise sugerida por Chalhoub como uma abordagem materialista da relação entre história e literatura⁹⁸, pensamos essa reflexão em que as obras literárias apenas são compreendidas dentro dos seus contextos históricos específicos. Esse contexto, mais especificamente, está relacionado ao que Antônio Cândido chama de sistema literário⁹⁹, ou seja, uma obra e seu autor que não está desconectado de seu momento histórico, relacionado a um meio literário próprio de diálogo, as experimentações formais e um público leitor que estabelece essa conexão mais direta da literatura com seu contexto de produção. No caso de Lima Barreto, os textos descritos, que estão ligados às primeiras tentativas de produção foram compiladas, através do volume de memórias, na publicação de suas obras completas em 1956 apenas, tendo sido escritas em folhas avulsas encontradas em sua casa, no bairro de Todos os Santos. Portanto, esses textos, publicados posteriormente, não tinham intenção, em um primeiro momento, de serem divulgados, mas que podem servir como fonte para historiadores, relacionados aos temas que interessavam Barreto nesse momento.

Já o romance de estreia, *Recordações do escrivo Isaiás Caminha*, é concluído em 1905, porém pelas dificuldades de publicação no Brasil nessa época, tempo em que as editoras ainda estão engatinhando, ele consegue a publicação apenas em 1909, através do grande amigo Antônio Noronha Santos, junto a um editor de Lisboa, A. M. Teixeira e sua “Livraria Clássica Editora”. De certa forma, o tema do romance também se relaciona com a experiência do escritor com o meio de publicação da literatura durante a primeira República. Nesse momento, grande parte do *establishment* literário publica suas obras através de capítulos nos jornais, chamados de folhetins, ou mesmo com as publicações em livreiros estrangeiros. Nesse sentido, a experiência de Barreto, que aproxima a literatura e sua materialidade com o contexto histórico, diz respeito a um indivíduo, que nos anseios de publicação de suas obras, encontra uma série de dificuldades, conseguindo apenas quatro anos após o término do romance, a sua publicação, mas que de alguma forma está dentro dos círculos pessoais do meio intelectual que permitem ainda sim a publicação, nesse caso através de seu amigo jornalista Noronha Santos, em uma das suas viagens à Europa.

O romance trata justamente de um processo em que um sujeito mulato como ele e de família pobre, nos anseios de conquistas pessoais, acaba continuamente impedido de crescer

⁹⁸ CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. (Org.) **História em cousas miúdas**: capítulos de história social da crônica no Brasil. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2005.

⁹⁹ CANDIDO, Antônio. Literatura como sistema. In: _____. **Formação da literatura brasileira (momentos decisivos)** 5ª Ed. São Paulo (SP): Ed. da USP, 1975.

na vida. O processo pelo qual vinha passando recentemente, quando vê seu projeto ruir pelos motivos já apresentados. Esse processo na vida do jovem escritor passa a constituir tema de sua obra literária.

Vemos em ambos os textos o tema da educação, para Lima Barreto, como elemento fundamental de liberdade e da cidadania, com uma visão clara da exclusão desses direitos sociais e universais ligada aos negros no país. No esboço de *Marco Aurélio e seus irmãos*, o filho Tito reflete posteriormente sua mal sucedida experiência com a educação formal:

Ele lembrou-se, então, do seu serviço, aquele obscuro serviço de escriturário, sempre doloroso, sempre amargo, sempre humilhado, mais que isso; ali, entre dous médicos, não sei quantos internos, todos doutores e senhorias, mais amargo e mais doloroso se tornava. Lembrava-se bem do seu curso perdido, das suas esperanças de posição e consideração, há dez anos passados, quando um dia voltava com os preparatórios feitos, para a casa e a alegria que causara ao pai. Ele se pôs a recordar o curso, os processos de aprovação, a venalidade dos lentes, a sua covardia diante do poder e da força, e pensou consigo que essa nobreza universitária, de exames e diplomas, era duas vezes mais cínica e mais rapace que a nobreza de dinheiro e milhares de vezes maior que a nobreza de dinheiro¹⁰⁰.

Vemos como a experiência de Barreto na faculdade trouxe inspiração para sua produção literária ao longo de sua curta vida, principalmente nas primeiras tentativas. O primeiro texto esboçado por Lima Barreto de que temos conhecimento, sem título, se passa dentro do ambiente da Escola Politécnica, na qual cria o seguinte diálogo:

Fernando: - Lá vem o Brandão, o Spinosa...

Tito Brandão: - O príncipe negro, fez um.

O riso, provocado pela última pilhéria do Fernando, não se interrompera de todo e recrudescera a aquele epigrama do Sodré. Litichart [estudante negro também], que até ali estivera calado resolveu-se a falar.

- Porque vocês não gostam do Tito?

- Não, eu gosto muito dele. É inteligente, honesto, respondeu o Fernando.

- Com franqueza, acho-o muito orgulhoso, respondeu Sodré, que lançou o epigrama.

- Que tem isso, Sodré? O seu orgulho é a força motriz de sua máquina viva... É sua arma de defesa contra o mundo que lhe é hostil... É o escudo que o defende... É o impulso que o fará ir para frente, para cima...

Oswaldo dissera aquelas palavras ardentemente, sem refletir, e nelas acentuara tanta paixão, que parecia que se defendia e não ao amigo.

- Mas podemos levar a vida pelos meios comuns.

- Qual, Sodré, depende de onde se parta, quer se ir e onde se quer chegar.

¹⁰⁰ Ibidem, pp. 66-67.

- O orgulho, é um pendor egoísta, sentenciou um positivista. O aperfeiçoamento moral tem por fim reprimir os nossos pendores egoístas.

Tito Brandão entrava. Cortejou polidamente a todos, sentou-se e o Fernando *ex aperto* lhe indagou:

- Como se deve levar a vida, Brandão?

- Como quem quer subir aos céus... A vida é um escalada de Titã¹⁰¹.

O que esse esboço de Barreto nos mostra para além do racismo evidente da relação, a forma como um negro se porta em meio aos brancos e bem nascidos. Como uma defesa, também exercida por Lima Barreto, o negro tem orgulho, que o move e o protege das violências cotidianas. Isso é visto pela elite e pelos ‘cientistas’ como egoísmo, pior, ele teria obrigação, por um aperfeiçoamento moral, deixar de lado o egoísmo. Porém o mais sintomático talvez seja a frase de que se pode levar a vida pelos meios comuns, sem egoísmo ou orgulho exacerbado. Esse é um discurso de alguém que não vivencia o racismo, mas as barreiras sociais que impedem os indivíduos negros desse período de conquistar uma condição de vida melhor. Lima Barreto já tinha claro nesse momento essas questões.

Tendo buscado um projeto de ascensão através da educação e olhando o funcionamento das instituições de dentro, a temática da educação foi um tema presente e recorrente ao longo da sua trajetória literária. Cabe-nos, para finalizar, trazer dois textos ficcionais que tem como tema a educação, o conto *Harakashy e as escolas de Java*¹⁰² e o capítulo tratando do ensino da *Bruzundanga*¹⁰³.

O conto *Harakashy e as escolas de Java*, provavelmente escrito em torno de 1920 ou no ano anterior, e publicado no volume *Histórias e Sonhos*, apresentam, inicialmente, a sociedade da Ilha de Java, localizada na Indonésia, porém podemos tratar aqui como uma espécie de construção ficcional distante e pitoresca, mas que se aproxima da sociedade brasileira na qual o autor vive. Ele mesmo “aproveita a ocasião para avisar os leitores que essa concepção religioso-universitária também existe na República da Bruzundanga”¹⁰⁴.

Primeiramente tratando dos chamados acadêmicos de letras e depois dos médicos, em ambos os casos, formam uma classe de indivíduos com formação superior, em que o diploma como elemento simbólico e de reconhecimento social é mais valorizado que o conhecimento adquirido. Se tratando de um texto escrito após Lima Barreto ter exercido sua atividade literária plenamente, porém com pouquíssimo reconhecimento em vida, assim como

¹⁰¹ Ibidem, pp. 32.

¹⁰² BARRETO, Lima. *Harakashy e as escolas de Java*. In: SCHWARCZ, Lilia M. **Contos completos de Lima Barreto**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, pp. 152 -162.

¹⁰³ BARRETO, Lima. **Os Bruzundangas**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997.

¹⁰⁴ SCHWARCZ, Op. Cit., pp. 158.

negado sua indicação a Academia Brasileira de Letras, formado inclusive por médicos, o escritor escreve com claro ressentimento. Isso não interfere em suas críticas contundentes aos acadêmicos, médicos e advogados da ‘Ilha Brasil’, sujeitos que tem

Facilidade em arranjar bons empregos na diplomacia, na alta administração; e a grande burguesia da terra, burguesia de acumuladores de empregos, de políticos de honestidade suspeita, de leguleios afreguesados, de médicos milagrosos ou de ricos desavergonhados, cujas riquezas foram à sombra de iníquas e aladroadas leis – essa burguesia, continuando, tem em grande conta o título de membro da academia, como todo outro qualquer, e o acadêmico pode bem arranjar um casamento rico ou coisa equivalente¹⁰⁵.

Para Barreto, o sábio em Java e na Primeira República, é um “ricaço” que foge dos livros, tem cinco os seis empregos e não falta às festas mundanas. Intelectual, simplificando, nesse momento está ligado à alta sociedade carioca do período, que faz parte de toda uma conduta, um hábito, ligado às aparências e frivolidades da vida mundana, em sua concepção.

Além disso, ainda critica uma linguagem hermética, como forma de distinção social. O título, seja de engenheiro, seja de literato, naquele momento, pelo olhar de Lima Barreto, tem uma função muito clara, constituir elementos simbólicos e de justificação das classes dominantes do país, em que qualquer crítica ou a produção de um conhecimento que contribua com os reais problemas do país não passam pelos anseios gerais dessa classe.

Na parte final do conto, Lima Barreto trata especificamente das faculdades da Ilha de Java. E trata especialmente de um membro dela, Harakashy, podendo também ser conhecido como Afonso Henriques de Lima Barreto, Isaías Caminha e tantos outros. Todos eles não conquistaram a formação desejada pelas portas que se fecharam, porém talvez nesse conto, o escritor Lima Barreto defina de forma mais clara, as motivações de sua desistência desse projeto, através da Literatura:

Atribuí o desastre da vida escolar do meu amigo ao fato de ele não ter nenhum jeito para qualquer das grandes profissões liberais que a Batávia oferece a seus filhos. Se Harakashy nascesse em França ou em outro país civilizado, naturalmente a sua própria vocação encaminhá-lo-ia para uma aplicação mental, de acordo com a sua feição do espírito; mas, em Java, tinha que ser uma daquelas três coisas, se quisesse figurar como inteligente. Não achando campo para a sua atividade cerebral, muito pouco atraído para o estudo das “picaretas automáticas”, muito orgulhoso para bajular os professores e aceitar aprovações por comiseração, o meu amigo ficou

¹⁰⁵ Ibidem, pp. 153- 154.

naquela exuberante terra sem norte, sem rumo, absolutamente sem saber o que fazer¹⁰⁶.

Lima Barreto nos mostra como no Brasil a educação tinha esse caráter excludente até então. Restringia a formação superior a determinadas profissões, sendo apenas valorizadas as profissões liberais. Vendo as faculdades como espaços da reprodução social da elite, condenava as formas de reprodução ligadas a acordos familiares, artimanhas escusas e alinhamento até das escolas com os setores pelos quais os diretores ou donos, como os potentados financeiros e industriais ou oligárquicos, tinham seus filhos matriculados. Outra obra interessante do ponto de vista de sua análise sobre o contexto educacional em que vivia foi a publicação, em 1922, da sátira *Os Bruzundangas*, que tratam da chamada República da Bruzundanga, um país fictício onde seu funcionamento é marcado pela desordem, corrupção e desorganização do estado. O livro foi vendido, por Lima Barreto, ao editor Jacintho Ribeiro dos Santos, em 1917. Trata de diferentes elementos da República, que para Lima Barreto seriam importantes em sua vida. O meio literário, a imprensa, o sistema educacional, a economia e as relações sociais são analisadas de maneira bastante irônica. Em relação ao ensino da Bruzundanga, mostra como essa elite vê nas escolas superiores o lugar de privilégios sociais passado de pai para filho, reproduzindo gerações e gerações de famílias com formação superior. Além dessa desigualdade, trata também da questão do aprendizado e da formação nessas instituições, que a seu ver, são bastante deficitárias, com alunos com preocupações de conquista de status social, muito mais do que uma formação educacional sólida. Tudo isso faz parte de uma estrutura social, portanto, extremamente excludente e patrimonialista. Porém, ao lado desse contexto, Lima Barreto vê setores da sociedade, “conscientes dessa injustiça, que sofrem, mais inteligente, que, pouco a pouco, há de tirar do povo a ilusão doutoral¹⁰⁷”.

¹⁰⁶ Ibidem, pp. 160.

¹⁰⁷ BARRETO, Lima. Op. Cit., 1997, Pp. 43.

Considerações finais

Neste trabalho fiz um esforço para compreender, em geral, através de que condições históricas, indivíduos negros e pobres tiveram acesso à educação formal e por quais motivos em grande medida não concretizaram esse projeto. Se pensarmos mesmo nas pessoas que passaram a ter alguma notoriedade, mesmo elas, tiveram extrema dificuldade de concluir os cursos e muitas não concluíram. Foi o caso de Cruz e Souza, José do Patrocínio, Luiz Gama e Lima Barreto. Todos eles bons alunos e interessados pelas ‘coisas do pensamento’, mas com uma estrutura social que durante todo o Império e também na primeira República barra seus objetivos.

No caso de Lima Barreto, tratando-se de um evidente processo de ascensão social de sua família, buscamos na história de indivíduos esquecidos uma das explicações para esse processo, os seus pais. Nesse caso tivemos que compreender de que forma esse projeto de uma vida melhor foi construído a partir de uma visão de sujeitos, que apesar das privações, eram sujeitos livres no interior do Império. Vislumbravam uma melhora em suas condições, partindo da premissa de não serem mercadoria de ninguém. Esse processo brutal acontecia em meio a uma quantidade ainda significativa de sujeitos que não tinham essas ambições, talvez apenas a de ter algo que João e Amália já nasceram tendo, a liberdade.

Livres, portanto, tiveram que estabelecer relações pessoais, familiares ou de ocasião que lhes desse o dinheiro e o reconhecimento que a elite estabelecia para integrá-los, de alguma forma. Dentro de uma relação de apadrinhamento, vista na figura do político Visconde de Ouro Preto, havia afeto, amizade, mas também interesses mútuos. Ouro Preto era importante para João Henriques e Amália, pela ajuda financeira e de proteção, e também o contrário, a partir da lealdade política do pai Barreto para com o Visconde. Essa relação, de interesses mútuos, possibilita, para a família Barreto, um caminho possível para conquistas sociais, que é efetivado através de suas ações dentro dos interstícios da estrutura social, baseada na escravidão, no racismo e no patrimonialismo.

Essas conquistas sociais durante o Império reverberam na experiência de vida de um dos nossos maiores escritores brasileiros, Lima Barreto. Com um ensino formal sólido desde garoto, traçará um caminho, que terá como desfecho desse processo, o ingresso na Politécnica. Olhando de dentro do local social das elites brasileiras do período, vai construir parte de sua visão de mundo e sobre os destinos da educação no país. Percebe as instituições

de ensino superior no Brasil como espelho, em grande medida, de uma elite social brasileira que construiu seus privilégios baseado na exclusão social das classes populares, em uma rede de favores e estratégias intra-elite e com uma forte conotação racista. Lima Barreto teve portas de entrada significativas, que era seu conhecimento e apadrinhamento. Porém, tinham tantas outras portas fechadas em virtude de não fazer parte dessa classe e de sua reprodução interna. Essa experiência vai calar fundo no autor de grandes obras da literatura como *Policarpo Quaresma* e *Isaiás Caminha*, sendo a educação um tema em que Lima Barreto se dedicará muitas vezes. Procurei mostrar como durante sua experiência de estudante, ela foi fundamental para suas primeiras tentativas malsucedidas e mesmo mais tarde, trabalhadas em sua literatura madura.

Talvez uma questão mais ampla que o trabalho dialoga, diga respeito ao questionamento de ideias economicistas e de meritocracia como explicação da ordem das coisas, presentes ainda hoje em certos setores da sociedade. O sociólogo Jessé Souza diz o seguinte sobre essa visão.

Na verdade, tudo na realidade social é feito para que se esconda o principal: a produção de indivíduos diferencialmente aparelhados para a competição social desde seu “nascimento” (...). No entanto, toda legitimação do mundo moderno como “ordem justa” depende desse “esquecimento”. A legitimação do mundo moderno como mundo “justo” está fundamentada na “meritocracia”, ou seja, na crença de que superamos as barreiras de sangue e nascimento das sociedades pré-modernas e que hoje só se leva em conta o “desempenho diferencial” dos indivíduos¹⁰⁸.

Questionando esse discurso ainda hegemônico em nosso país, de que os indivíduos partem de condições iguais de oportunidades e formação e que a definição de quem “consegue” as coisas na vida é constituída pelo mérito, tentou-se apresentar através de ênfase no seu contexto histórico e social, fugindo um pouco de interpretações generalistas, a trajetória do jovem Lima Barreto dentro do seu contexto de início da primeira República. Apesar das mudanças de regime e pelo fim da escravidão, elas pouco alteraram a configuração social do país, no que diz respeito aos direitos sociais dos mais pobres e vulneráveis, grande parte de ex-escravos e libertos. A ascensão da família Barreto é bloqueada nesse processo, tendo que o filho Lima Barreto buscar um emprego que sustentasse a família, se tornando funcionário público. Lima Barreto, vindo das classes menos favorecidas, ao longo

¹⁰⁸ SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira**: como é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, pp. 22.

de toda sua vida, também por essa formação qualificada, vislumbra carreiras que estavam sistematicamente fechadas, como o meio literário posteriormente. Vai enfrentar também uma grande dificuldade para ver suas obras serem publicadas, para que fossem feitas outras edições e tiragens, para que fosse instrumento de discussão no meio literário e da crítica no Rio de Janeiro, ou para fazer parte da Academia Brasileira de Letras já no final de sua vida. Por tudo isso, não poderia ser um escritor que fala do alto da montanha, mas da vida ao rés-do-chão¹⁰⁹.

¹⁰⁹ CANDIDO, Antonio. A vida ao rés-do-chão. In: CANDIDO, Antonio et al. **A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

Referências Bibliográficas

ALONSO, Angela. **Flores, votos e balas**: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88). São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

_____. **Ideias em movimento**: a geração 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz & Terra, 2002.

AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira**: introdução ao estudo da cultura no Brasil. 2ª Ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1944.

AZEVEDO NETO, Joachin. **Vida Literária e desencantos**: uma história da formação intelectual de Lima Barreto (1881-1922). Tese de Doutorado, UFSC, 2015. 341 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências humanas, UFSC, Florianópolis, 2015.

BARBOSA, Francisco de Assis. **A vida de Lima Barreto**. 8ª Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

BARRETO, Lima. **Bagatelas**: artigos. São Paulo: Brasiliense: 1956a.

_____. **Diário íntimo**: memórias. 2ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.

_____. **Feiras e Mafuás**: artigos e crônicas. São Paulo: Brasiliense, 1956b.

_____. **Impressões de Leitura**: crítica. São Paulo: Brasiliense, 1956c.

_____. **Recordações do escrivão Isaías Caminha**. São Paulo: Brasiliense, 1978.

_____. **Os Bruzundangas**: sátira. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997.

BOURDIEU, Pierre. Ilusão biográfica. In: **Usos e abusos da História oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

CANDIDO, Antônio. Literatura como sistema. In: _____. **Formação da literatura brasileira (momentos decisivos)** 5ª Ed. São Paulo (SP): Ed. da USP, 1975.

_____. A Revolução de 30 e a cultura. In: MONTERO, Paula; COMIN, Álvaro. (Org.) **Mão e contramão e outros ensaios contemporâneos**. São Paulo: Globo, 2009.

_____. A vida ao rés-do-chão. In: CANDIDO, Antonio et al. **A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992

CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. (Org.) **História em cousas miúdas**: capítulos de história social da crônica no Brasil.

Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2005.

_____; SILVA, Fernando Teixeira da. **Sujeitos no imaginário acadêmico:** escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. Cadernos AEL, São Paulo, v. 14, n. 26, p. 11-49, 2009.

_____. **Visões da Liberdade:** uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República:** momentos decisivos. 3ª Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

FACINA, Adriana. **Literatura e Sociedade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MICELI, Sérgio. **Poder, sexo e letras na República Velha.** São Paulo: Perspectiva, 1977, p. 39.

NABUCO, Joaquim. **O Abolicionismo.** São Paulo: Editora Vozes, 2012.

NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano:** O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

OAKLEY, Robert. **Lima Barreto e o destino da literatura.** São Paulo: Editora Unesp, 2011.

RANCIERE, Jacques. **A noite dos proletários:** arquivos do sonho operário. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa. **Brasil:** uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

_____. (Org.) **Contos completos de Lima Barreto.** São Paulo, Companhia das Letras, 2010.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão:** tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira:** como é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

SOUZA, Luiz Alberto. **A cor e a forma:** Literatura e História no jovem Cruz e Souza. (1861-1888). 2012. 370 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012,

Artigos

ALMEIDA, Mateus Fernandes de Oliveira. **Representações do Associativismo entre as mutuais de trabalhadores na Corte do Império**. Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, v. 41, n. 1, p. 143-163, jan.-jun. 2015.

BOTELHO, Denilson. **Numa e a Ninfa**: o Brasil republicano no romance de Lima Barreto. In: XXVIII Simpósio Nacional de História, 2015, Florianópolis - SC. Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História. São Paulo: ANPUH, 2015.

RESENDE, Beatriz. **O Lima Barreto que nos olha**. Revista Serrote, v. 21, p. 20-41, 2016. Disponível em: <http://goo.gl/vHoyUV>.

VITORINO, Artur José Renda. Leitores e leituras de romances franceses em nossas plagas imperiais. **Cadernos Arquivo Edgard Leuenroth** (UNICAMP), Campinas, v. 9, n.nº 16/17, p. 57-90, 2002.

_____. Os sonhos dos tipógrafos na Corte Imperial brasileira. In: Claudio H. M. Batalha; Fernando T. da Silva; Alexandre Fortes. (Org.). **Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado**. 1ªed.Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004, v. C899, p. 167-203.